

RELATÓRIO TÉCNICO

ESTUDO SOCIOAMBIENTAL DE MICROBACIA

Análise Socioambiental da Microbacia de nº 17-5, em Joinville - SC

MARCELO NUNES JUVÊNIO
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA-SC 158401-0

AMANDA CAROLINI BRAGHINI MIOTTO
Geógrafa
CREA-PR nº 191841/D

Joinville – SC/BR
2023

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	5
1.2 – ÁREA DA MICROBACIA	7
1.3 – EXTENSÃO DE CORPOS HÍDRICOS	8
1.4 – ÁREA URBANA CONSOLIDADA	8
1.5 – OBJETIVOS DO ESTUDO	9
2. DIAGNÓSTICO	9
2.1 – DADOS DE OCUPAÇÃO URBANA CONSOLIDADA À MARGEM DE CORPOS HÍDRICOS	9
2.1.1 – <i>Diagnóstico de ocupação às margens dos corpos d’água.</i>	9
2.2 - INUNDAÇÃO, ESTABILIDADE E PROCESSOS EROSIVOS	13
2.2.1 - <i>Identificação das áreas consideradas passíveis de inundações dentro da AUC.</i>	13
2.2.2 – <i>Áreas de Risco Geológico-geotécnico.</i>	14
2.2.3 – <i>Quadro informativo de mancha de inundação e área de risco geológico-geotécnico.</i>	14
2.3 – INFORMAÇÕES SOBRE A FLORA	15
2.3.1 - <i>Caracterização da vegetação existente na área do estudo</i>	15
2.3.2 – <i>Áreas de Restrições ambientais.</i>	25
2.3.3 – <i>Áreas vegetadas, restrições ambientais e cursos hídricos.</i>	26
2.3.4 – <i>Quadro de Quantitativos de vegetação, restrição ambiental e cursos hídricos.</i>	28
2.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A FAUNA	29
2.4.1 – <i>Caracterização da fauna existente.</i>	29
2.4.2 – <i>Tabela indicando as espécies e grau de ameaça.</i>	31
2.5 – INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	41
2.6 – PARÂMETROS OCUPACIONAIS, PERFIL SOCIOECONÔMICO LOCAL E INDICATIVOS AMBIENTAIS	42
2.7 – ESTUDO DOS QUADRANTES	43
2.7.1 – <i>QUADRANTE A</i>	49
2.7.2 – <i>QUADRANTE B</i>	49
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO	53
3.1 – MATRIZ DE IMPACTOS CONFORME METODOLOGIA	53
3.2 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DA MATRIZ DE IMPACTOS	54
3.2.1 – <i>Atestado da perda das funções ecológicas inerentes às Áreas de Preservação Permanente.</i>	54
3.2.2 – <i>Demonstração da irreversibilidade da situação, por ser inviável, na prática, a recuperação da área de preservação.</i>	55
3.2.3 – <i>Constatação da irrelevância dos efeitos positivos que poderiam ser gerados com a observância da área de proteção, em relação a novas obras.</i>	56
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
4.1 – CONCLUSÃO QUANTO AO ATENDIMENTO DO ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR 601/2022	57
4.2 – TABELA DE ATRIBUTOS	57
4.3 – APRESENTAÇÃO DO MAPA COM A CARACTERIZAÇÃO DOS TRECHOS DE CORPO D’ÁGUA NOS QUAIS SERÃO MANTIDAS A FUNÇÃO DE APP E OS TRECHOS EM QUE SERÁ ADOTADA A FAIXA MARGINAL DISTINTA – FNE	57
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

Figura 1 - Localização da Microbacia 17-5.	6
Figura 2 - Bacia e Sub-bacia hidrográfica. Microbacia 17-5.....	7
Figura 3 - Corpos hídricos na Microbacia 17-5.....	8
Figura 4 - Área urbana Consolidada na microbacia 17-5.	9
Figura 5 - Mapa de ocupação da Microbacia 17-5 com APP de 30m.....	10
Figura 6 - Ocupação nas faixas de FNE e APP na microbacia 17-5.....	11
Figura 7 -Áreas edificadas nas faixas marginais dos corpos d'água em canal aberto e fechado. .	12
Figura 8 - Mancha de inundação na Microbacia 17-5.	13
Figura 9 - Áreas de risco geológico-geotécnico.	14
Figura 10 -Formações Florestais da Floresta Ombrófila Densa. Fonte: SNIF, web.....	16
Figura 11 - Vegetação na Microbacia 17-5.....	25
Figura 12 - Área de Restrição Ambiental.....	26
Figura 13 - Áreas vegetadas, restrições ambientais e cursos hídricos na microbacia 17-5.....	28
Figura 14 - Quadrantes da Microbacia 17-5.....	43
Figura 15 - Quadrante A.	44
Figura 16 – Trecho 1A (Coordenadas: 718045.33 m E; 7083845.33 m S). Vala retilínea com água parada.	45
Figura 17 – Calha do trecho 1B, com vista para montante, trecho 1A. Não foi verificado fluxo de água, apenas solo úmido (Coordenadas: 718066.00 m E; 7083860.00 m S).	46
Figura 18 – Contexto dos trechos 1A a 1C.	47
Figura 19 – Trecho 1C, vista para montante. Observa-se vala retilínea e vegetação forrageira aos fundos.	47
Figura 20 – Final do trecho 1C e início do trecho 2 (Coordenadas: 718147 m E; 7083891.00 m S).	48
Figura 21 – Quadrante B.....	49
Figura 22 – Início do trecho 2 tubulado (718150.41 m E; 7083894.08 m S).....	50
Figura 23 - Trecho 2 (Coordenadas UTM: 718161,15 m E; 7083914,72 m S).	50
Figura 24 – Trecho 3 (718251.34 m E; 7083910.88 m S).	51
Figura 25 – Trecho 3, paralelo ao trilho (718343.03 m E; 7083917.97 m S).....	51
Figura 26 – Contexto do entorno do trecho 4 (718354.26 m E; 7084021.08 m S).	52
Figura 27 - Trecho 5 (718400.87 m E; 7084013.86 m S).	52
Figura 28 - Caracterização dos corpos hídricos na Microbacia 17-5.....	58

1. Introdução

O presente estudo socioambiental de caracterização de microbacia se baseia na aprovação da **Lei nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021**, a qual modifica as seguintes leis:

- **Lei nº 12.651/2012**: Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
- **Lei nº 11.952/2009**: Dispõe sobre regularização fundiária em terras da União;
- **Lei nº 6.766/1979**: Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

O objetivo da alteração das leis citadas é para dispor sobre as áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas, e modifica a **lei nº 11.952**, em seu art. 22 § 5º, a qual diz que:

“§ 5º Os limites das áreas de preservação permanente marginais de qualquer curso d'água natural em área urbana serão determinados nos planos diretores e nas leis municipais de uso do solo, ouvidos os conselhos estaduais e municipais de meio ambiente.” (NR).”

Para que tal mudança possa ocorrer, a nova redação do art. 4º da **lei nº 6.766**, diz que:

“III-B - ao longo das águas correntes e dormentes, as áreas de faixas não edificáveis deverão respeitar a lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento de planejamento territorial e que definir e regulamentar a largura das faixas marginais de cursos d'água naturais em área urbana consolidada, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho de margem, indicada em diagnóstico socioambiental elaborado pelo Município;”

A aprovação da **Lei nº 601/2022**, que estabelece diretrizes quanto à delimitação de faixas marginais de cursos d'água em Área Urbana Consolidada, estabelece, em seu Art. 3º, as condições para que, em torno de cursos hídricos, possam ser consideradas Faixa Não Edificáveis (FNE):

“Art. 3º As Faixas Não Edificáveis (FNE), localizadas na Área Urbana Consolidada (AUC), serão disciplinadas nesta Lei Complementar com base na atualização do Diagnóstico Socioambiental elaborado pelo órgão ambiental municipal.

§ 1º A atualização do Diagnóstico Socioambiental se dará mediante estudos por Microbacia Hidrográfica.

§ 2º O órgão ambiental municipal regulamentará, por normativa específica, a metodologia para elaboração do Diagnóstico Socioambiental por Microbacia Hidrográfica.

§ 3º O Diagnóstico Socioambiental da Microbacia será encaminhado para consulta do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA e aprovado por Decreto.”

Os Art. 6º e 7º da mesma lei ainda estabelecem que:

Art. 6º O Diagnóstico Socioambiental por Microbacia Hidrográfica deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Atestar a perda das funções ecológicas inerentes as Áreas de Preservação Permanentes (APP);

II - Demonstrar a irreversibilidade da situação, por ser inviável, na prática, a recuperação da área de preservação;

III - Constatar a irrelevância dos efeitos positivos que poderiam ser gerados com a observância da área de proteção, em relação a novas obras.

Art. 7º Nas margens dos corpos d'água em que ficar constatada a perda das funções ecológicas, na forma do disposto no art. 6º da presente Lei Complementar, de acordo com o Diagnóstico Socioambiental por Microbacia Hidrográfica após apresentação ao COMDEMA e aprovado por Decreto, será aplicado o distanciamento previsto na Faixa Não Edificável (FNE) e será reconhecida a sua integração ao sistema de drenagem urbana e inserido no Sistema de Geoprocessamento do Município (SIMGeo).

Como estabelecido pelo Art. 7º, o curso hídrico que perder suas funções ambientais será inserido no sistema de drenagem urbana municipal, que envolve a **microdrenagem**, que é o sistema de captação e condução das águas até o sistema de **macrodrenagem**, que envolve os sistemas coletadores de diferentes sistemas de microdrenagem.

Por fim, o Art. 8º estabelece os limites da Faixa Não Edificável, sendo 5,00 (cinco) metros para microdrenagem e 15,00 (quinze) metros para macrodrenagem.

1.1 Denominação e localização

A microbacia hidrográfica em estudo, com denominação e código 17-5 está localizada no bairro João Costa, zona sul do Município de Joinville, e é cortada ao meio pelas Ruas Kesser Zattar e Leandro Marcos Floriano. Seu centro aproximado está localizado nas coordenadas UTM E: 718139,41 e N: 7083896,71.

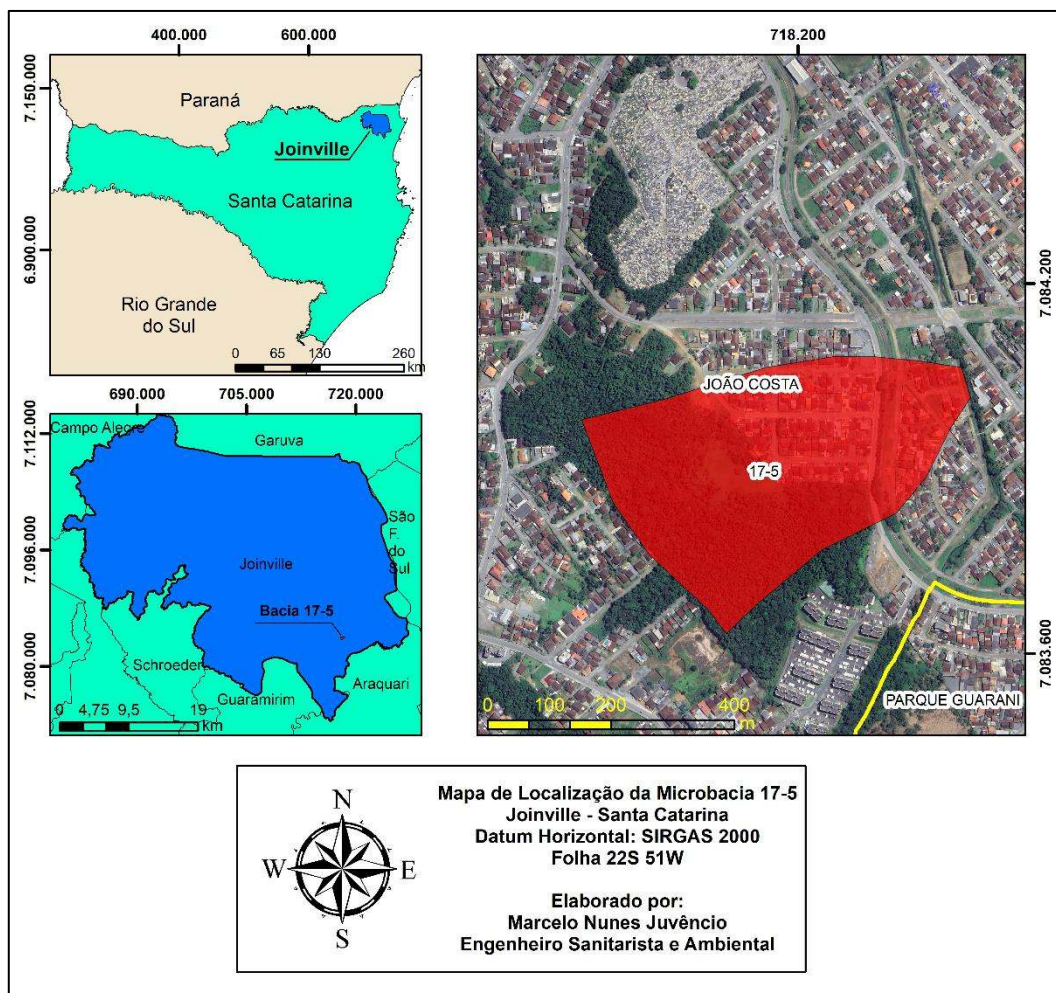


Figura 1 - Localização da Microbacia 17-5.

Em relação à bacia hidrográfica principal, a microbacia 17-4 está localizada na Bacia Hidrográfica do Cachoeira, que possui 83,12km², representando 7,3% da área do município de Joinville, seus principais rios são o Rio Alto Cachoeira, Mathias, Itaum e Bom Retiro e Jaguarão. A Microbacia 17-5 está inserida na sub-bacia da Vertente Sul.

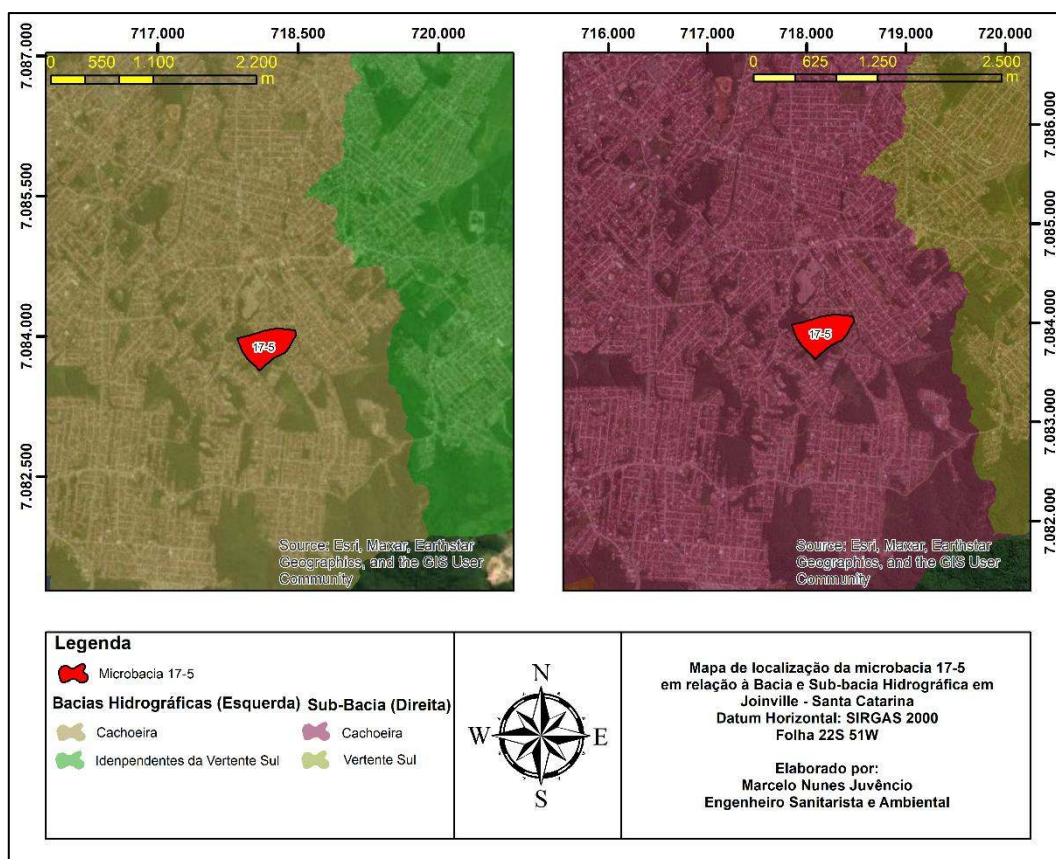


Figura 2 - Bacia e Sub-bacia hidrográfica. Microbacia 17-5

1.2 – Área da Microbacia

Microbacia 17-5	
Formato	Irregular
Área (m ²)	164.043,62
Comprimento máximo norte-sul (m)	436,75
Comprimento máximo leste-oeste (m)	630,42

Tabela 1 - Quadro de medidas microbacia 17-5.

1.3 – Extensão de corpos hídricos

A microbacia 17-5 possui um único curso hídrico. Ele é caracterizado como integrado à microdrenagem logo após ser tubulado entre os lotes e sob via pública.

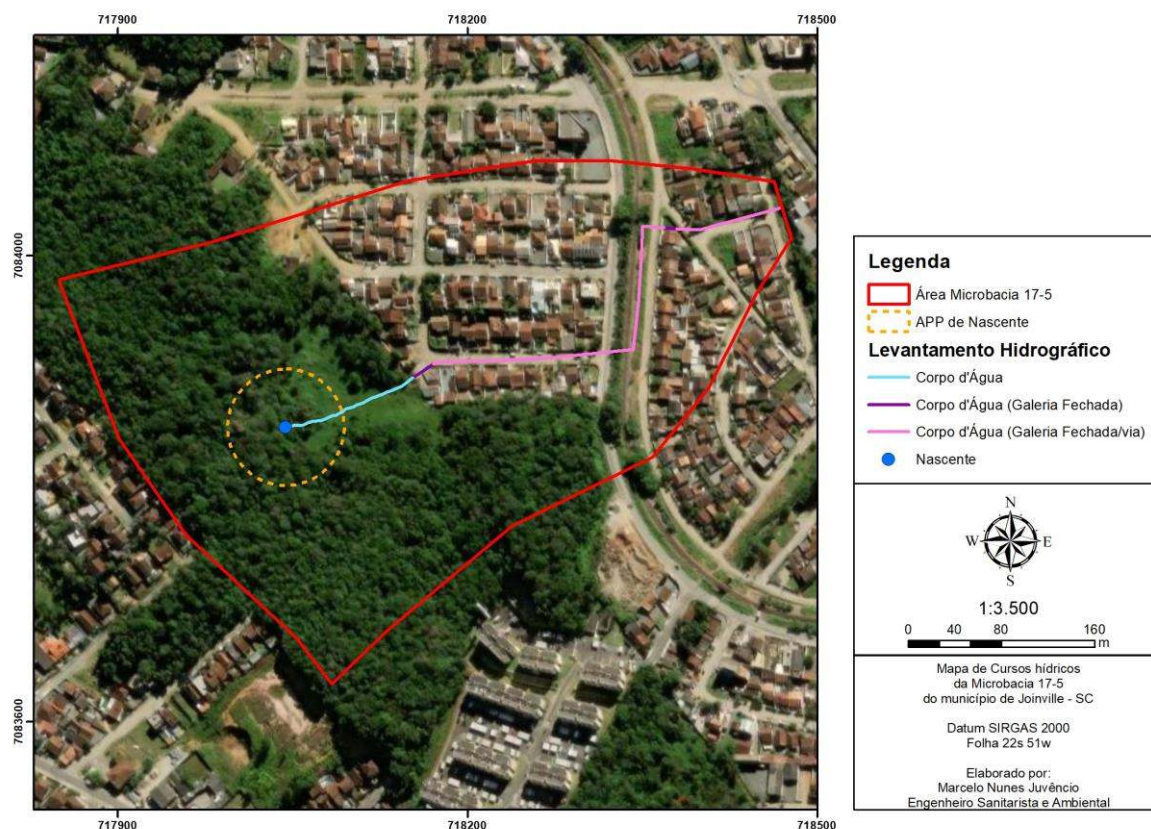


Figura 3 - Corpos hídricos na Microbacia 17-5.

Extensão de corpos hídricos microbacia 17-5	
Corpo d'água	118,40 metros
Corpo d'água (Tubulado/Galeria Fechada/Via)	389,62 metros
Corpo d'água (Tubulado/Galeria Fechada)	32,91 metros
Extensão total de corpos hídricos	540,93 metros

Tabela 2 - Extensão de corpos hídricos.

1.4 – Área Urbana Consolidada

- Área Urbana consolidada (AUC): A microbacia está totalmente inserida em AUC;



Figura 4 - Área urbana Consolidada na microbacia 17-5.

A AUC inserida na Microbacia 17-5 é equivalente à 164.043,62 m², correspondendo à 100% da área total da microbacia.

1.5– Objetivos do estudo.

O presente estudo, possui, como objetivo, a caracterização dos corpos hídricos inseridos na microbacia 17-5 de acordo com sua função ambiental, bem como determinar as faixas marginais aplicáveis dos corpos hídricos em toda a extensão da microbacia, considerando as funções ambientais de cada trecho e a aplicabilidade das legislações ambientais vigentes.

2. Diagnóstico.

2.1 – Dados de ocupação urbana consolidada à margem de corpos hídricos.

2.1.1 – Diagnóstico de ocupação às margens dos corpos d'água.

100% da área da microbacia 17-5 está inserida em Área Urbana consolidada e, considerando o cenário de preservação permanente atual, de acordo com o art. 4º da Lei 12.651, a configuração de ocupação às margens dos corpos d'água e da região da microbacia é exibida a seguir.

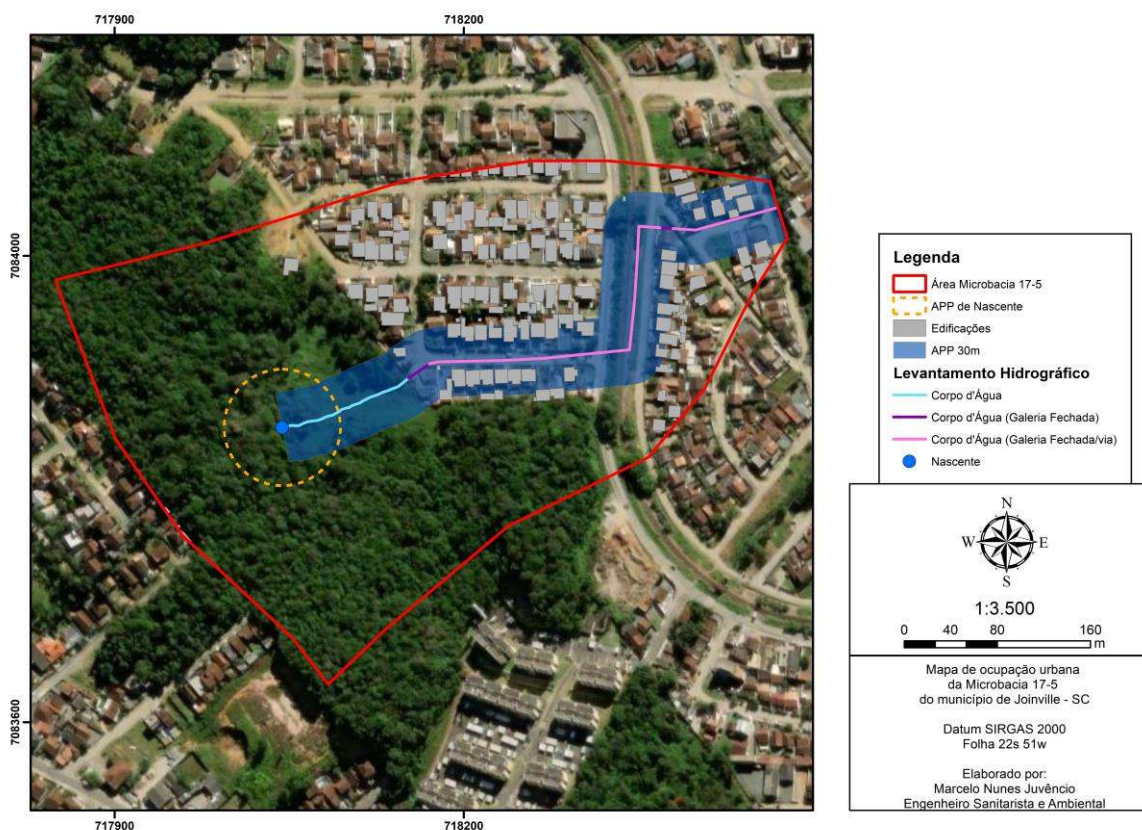


Figura 5 - Mapa de ocupação da Microbacia 17-5 com APP de 30m.

Comprimentos totais e percentuais considerando APP 30m		
Levantamento Hidrográfico	Metros Lineares	Percentual em relação ao comprimento total
Corpo d'água na microbacia (extensão total):	540,93	100,00%
Corpo d'água aberto em vegetação densa:	12,47	2,30%
Corpo d'água aberto em vegetação isolada e/ou desprovido de vegetação:	105,94	19,58%
Corpo d'água fechado entre lotes:	32,91	6,08%
Corpo d'água fechado sob via pública:	389,62	72,03%

Tabela 3 – Comprimentos totais e percentuais considerando APP 30m.

Como pode ser observado, considerando Área de Preservação Permanente de 30 metros, conforme Lei 12.651/2012, 78,11% dos corpos hídricos da microbacia 17-5 estão fechados/tubulados e inseridos em áreas que possuem fortes características de urbanização; 19,58% dos cursos hídricos identificados estão localizados em área com pouca vegetação ou vegetação isolada e 2,3% estão localizados em áreas com vegetação densa.

Ao considerar as áreas de abrangência de APP (30m) e FNE (5/15m), temos a seguinte situação:

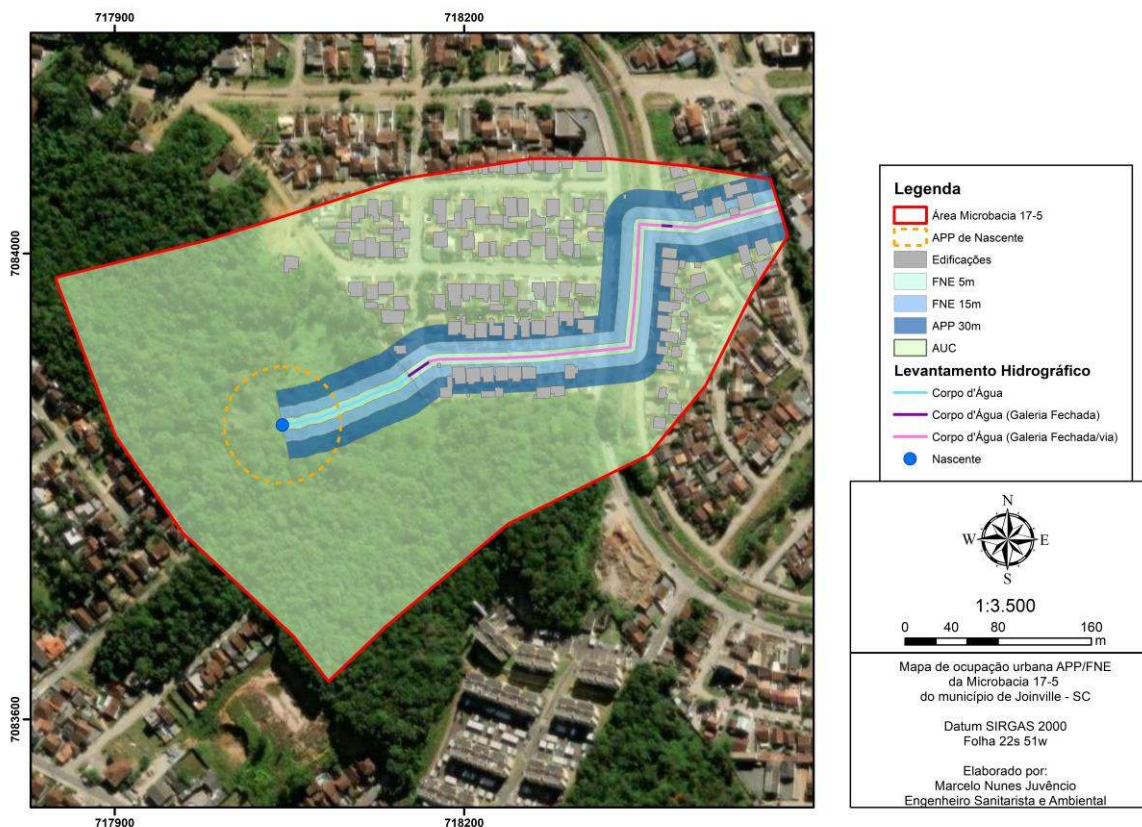


Figura 6 - Ocupação nas faixas de FNE e APP na microbacia 17-5.

Dimensões das áreas de abrangência da projeção de APP		
Áreas	m ²	Percentual em relação à microbacia
Área total da microbacia	164.043,62	100,00%
Área total compreendida entre 0 e 5m de abrangência da FNE às margens dos corpos d'água:	5.399,62	3,29%
Área total compreendida entre 0 e 15m de abrangência da FNE às margens dos corpos d'água:	16.140,78	9,84%
Área total compreendida entre 0 até o limite da projeção da faixa de APP às margens dos corpos d'água:	32.107,78	19,57%
Área por uso e ocupação:	m ²	Percentual em relação à área compreendida entre 0 até o limite da projeção da faixa de APP.
Área compreendida de 0 até o limite da faixa de APP, inserida em Área Urbana Consolidada:	32.107,78	100,00%
Área compreendida de 0 até o limite da faixa de APP, inserida em Área Urbana:	-	0,00%
Área compreendida de 0 até o limite da faixa de APP, inserida em Área Rural:	-	0,00%

Tabela 4 - Abrangência da projeção de APP e FNE.

100% das APP's estão em Área Urbana Consolidada. Os recuos, no caso de APP's, representam 19,57% da área total da microbacia, e a grande parte desses recuos atualmente estão em localidade onde a urbanização já tomou conta, ou seja, os instrumentos urbanos nos locais já estão totalmente consolidados, incluindo edificações e vias públicas.

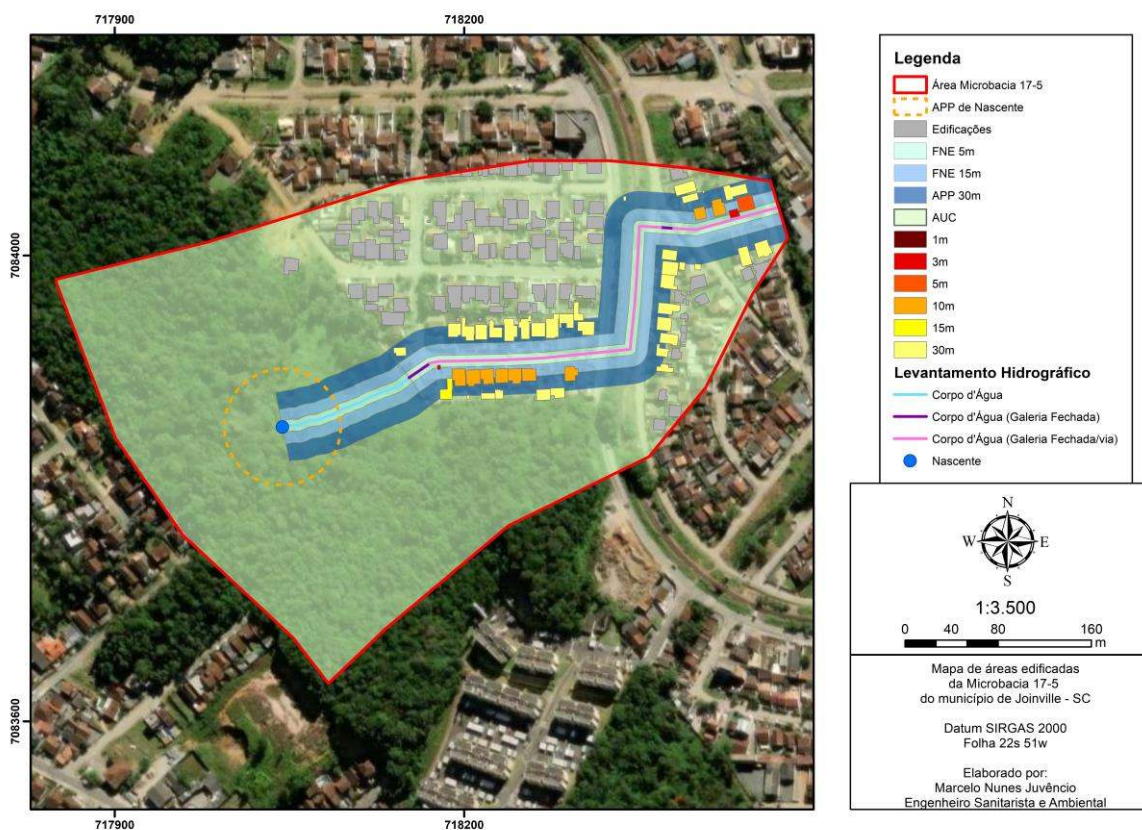


Figura 7 -Áreas edificadas nas faixas marginais dos corpos d'água em canal aberto e fechado.

Áreas edificadas nas faixas marginais dos corpos hídricos		
Quadro das áreas totais edificadas	m ²	Percentual em relação à área total indicada
Área total edificada de 0 a 5m de projeção da FNE:	42,84	100,00%
Área total edificada de 0 a 5m de projeção da FNE em Trecho Aberto:	-	0,00%
Área total edificada de 0 a 5m de projeção da FNE em Trecho Fechado:	42,84	100,00%
Área total edificada de 0 a 15m de projeção da FNE:	924,76	100,00%
Área total edificada de 0 a 15m de projeção da FNE em Trecho Aberto:	-	0,00%
Área total edificada de 0 a 15m de projeção da FNE em Trecho Fechado:	924,76	100,00%
Área total edificada de 0 até o limite da projeção da faixa de APP:	3.988,00	100,00%
Área total edificada de 0 até o limite da projeção da faixa de APP em Trecho Aberto:	-	0,00%

Área total edificada de 0 até o limite da projeção da faixa de APP em Trecho Fechado:	3.988,00	100%
---	----------	------

Tabela 5 - Áreas edificadas nas faixas marginais dos corpos d'água em canal aberto e fechado.

De acordo com os dados apresentados, é possível observar, na figura 7, que aproximadamente 40 edificações são atingidas por FNE ou APP. A área edificada ocupa 12,42% da projeção das faixas marginais.

Observa-se que as edificações inseridas na FNE de 5 e de 15 metros, bem como APP de 30 metros estão nas margens de trechos fechados, não sendo identificadas edificações nas margens dos trechos abertos.

A maior parte das edificações que são atingidas pela FNE/APP estão localizadas na Rua Ana Dirce de Medeiros, que possui trecho canalizado sob via pública.

2.2 - Inundação, estabilidade e processos erosivos

2.2.1 - Identificação das áreas consideradas passíveis de inundações dentro da AUC.

Em faixas marginais de rios, em períodos chuvosos, existe a possibilidade de transbordamento da calha, afetando as regiões mais baixas da bacia hidrográfica, de acordo com dados obtidos a partir da plataforma SIMGeo, a situação de mancha de inundação da microbacia 17-5 é conforme a figura 8.

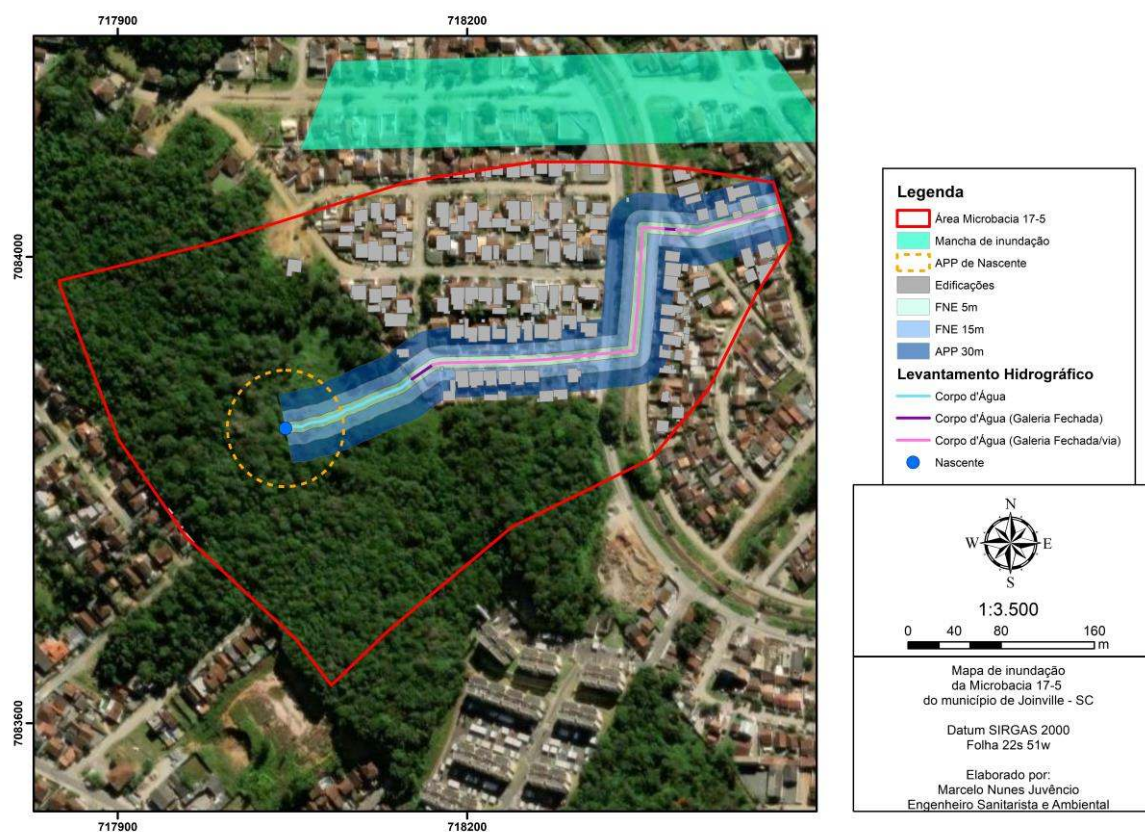


Figura 8 - Mancha de inundação na Microbacia 17-5.

Como pode ser observado, a região da microbacia não está inserida em mancha de inundação.

2.2.2 – Áreas de Risco Geológico-geotécnico.

As áreas de risco são passíveis de sofrerem por processos naturais e/ou induzidos que causem um efeito negativo no ambiente. A microbacia 17-5 não possui nenhuma área que apresenta riscos geológicos-geotécnicos, e não possui nenhum curso hídrico presente nessa área de risco, que estão concentradas mais ao oeste de Joinville, onde há maior predominância do chamado “mar de morros”, definição geomorfológica para regiões com muita variação de relevo. Possivelmente existem mais regiões de risco geológico-geotécnico à oeste por ser uma região com ocupação urbana mais antiga em relação à área onde se encontra a microbacia 17-5, muitas vezes resultando em ocupação desordenada, desequilibrando as características geológicas da região.



Figura 9 - Áreas de risco geológico-geotécnico.

2.2.3 – Quadro informativo de mancha de inundação e área de risco geológico-geotécnico.

Indicativos Ambientais		
Quadro das Áreas	m ²	Percentual em relação à área total da microbacia na projeção de APP
Área sob risco geológico para movimento de massa na projeção de APP às margens dos corpos d'água	0	0%
Área suscetível à inundação na projeção de APP às margens dos corpos d'água	0	0%

Tabela 6 - Indicativos Ambientais de Mancha de inundação e áreas de Risco Geológico-Geotécnico.

Como é possível observar na tabela acima e conforme os mapas apresentados, não há APP por curso hídrico inserida em Mancha de Inundação, levando a um percentual de 0%.

2.3 – Informações sobre a Flora

2.3.1 - Caracterização da vegetação existente na área do estudo

Os biomas continentais do território brasileiro são compostos por: Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Pampa. Dentre eles, destaca-se, nessa abordagem, a Mata Atlântica, vez que a área de estudo está situada sobre este Bioma.

De acordo com o IBGE, o Bioma Mata Atlântica está presente em 15 estados da federação; inclui completa ou parcialmente todos os estados litorâneos do Brasil, desde o Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, e mais os estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. É ele que prevalece na Região Sudeste: engloba todo o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, e quase todo o estado de São Paulo. Na Região Sul, abrange integralmente o Estado do Paraná e, parcialmente, o de Santa Catarina. Totalizando uma cobertura florestal de 26,21% do território brasileiro (MMA, *web*).

O domínio da Mata Atlântica inclui diversos ecossistemas que abrigam uma grande diversidade de espécies da flora e da fauna de grande valor ecológico, econômico, social e científico. Porém, o padrão de ocupação ao longo de centenas de anos, reduziu para os atuais remanescentes de vegetação nativa, ao qual, encontram-se em diferentes estágios de regeneração. No entanto, mesmo reduzida e muito fragmentada, estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção (Venegas-González, et al., 2029).

O Estado de Santa Catarina está inserido no Domínio Mata Atlântica, incluindo diversas fisionomias florestais e ecossistemas associados. As tipologias florestais catarinenses recebem as denominações de Floresta Ombrófila Densa, que ocorre no litoral e estende-se até a Serra Geral, do Mar e do Espigão, Floresta Ombrófila Mista, que ocorre no planalto e se caracteriza pela presença da Araucária angustifólia e Floresta Estacional Decidual, caracterizada por espécies caducifólias, com ocorrência predominante no oeste catarinense (IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 2019).

Dentre as tipologias florestais, **a Floresta Ombrófila Densa caracteriza a formação da Área de Estudo**. Esse tipo de floresta ocorre em regiões sujeitas a altas precipitações e elevada temperatura média. Segundo divisão realizada pelo Serviço Florestal Brasileiro – do Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF) com base no IBGE, as formações florestais compreendidas pela Floresta Ombrófila Densa (Figura 10) são as seguintes:

- Formação aluvial: homogêneas ao longo dos terraços aluviais ribeirinhos e sem variação topográfica;
- Formação das terras baixas: entre 5 e 30 metros de altura;
- Formação sub-montana: encostas dos planaltos e/ou serras a partir de 30 a 400 metros;
- Formação montana: situada nos planaltos ou serras a partir de 400 até 1.000 metros;
- Formação alto-montana: acima dos limites da formação montana.

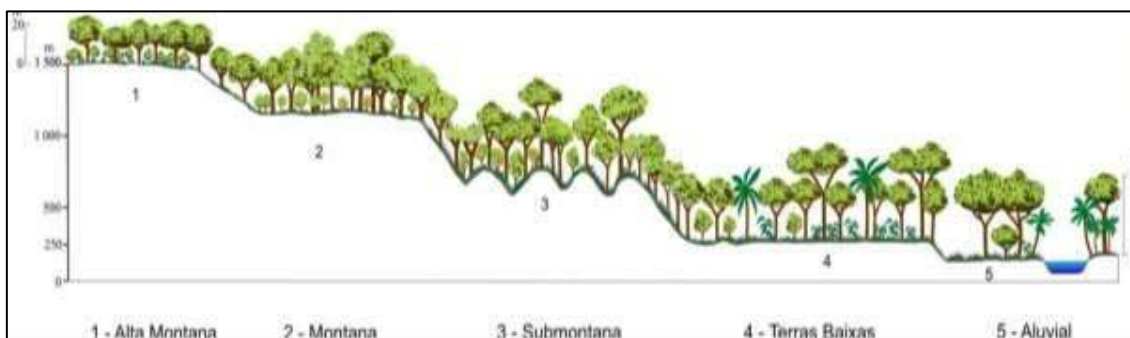


Figura 10 -Formações Florestais da Floresta Ombrófila Densa. Fonte: SNIF, web.

O município de Joinville/SC, na malha urbana, encontra-se entre as cotas altimétricas de 0 a 225 metros, aproximadamente. Dessa forma todas as formações florestais descritas acima são encontradas na zona urbana do município, exceto a formação alto-montana. Na área de estudo, **a cobertura vegetal característica é floresta ombrófila densa de terras baixas em quase toda a sua totalidade e Floresta Ombrófila Densa Submontana nas cotas acima de 30 metros de altitude** (Figura 10).

Sob vistoria em campo, pode-se confirmar a classificação supracitada. A área de entorno do remanescente florestal existente na microbacia em estudo é altamente urbanizada composta por elementos da construção civil (residências, comércio e prestadoras de serviços). **Como é possível verificar, a região apresenta uma área altamente antropizada** logo nas adjacências do maciço florestal localizado ao sudoeste da Microbacia, cercado por urbanização. Ressaltamos que boa parte do maciço florestal está inserido em Área Urbana Consolidada (AUC), que corresponde também à 100% do total da microbacia.

Importante que nos trechos de curso d'água existente na microbacia, cujo segmento se encontra aberto, partindo da nascente até a localidade onde passam a ser canalizados sob os lotes, **a vegetação da área auxilia na estabilidade das encostas**, além de auxiliar na preservação destes cursos hídricos e na preservação das espécies de flora e fauna.

Ao avaliar a diversidade florística presente, sob método de caminhamento *in loco*, identificamos **21 espécies arbóreas nativas** que, somando-se aso dados secundários, temos um total de **62 espécies** registradas na localidade. De acordo com os autores, as famílias mais representativas na área de estudo e entorno, foram: ARECACEAE, MYRTACEAE e SAPINDACEAE.

FAMILIA	ESPÉCIE	OCORRÊNCIA
Anacardiaceae	<i>Tapirira guianensis</i>	Ds
Annonaceae	<i>Guatteria australis</i>	Ds – Av
Annonaceae	<i>Xylopia brasiliensis</i>	Ds
Aquifoliaceae	<i>Ilex cf. dumosa</i>	Ds
Aquifoliaceae	<i>Ilex theezans</i>	Ds
Araliaceae	<i>Schefflera morototoni</i>	Ds
Arecaceae	<i>Attalea dubia</i>	Ds
Arecaceae	<i>Bactris setosa</i>	Ds – Av
Arecaceae	<i>Euterpe edulis</i>	Ds – Av
Arecaceae	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Ds
Bignoniaceae	<i>Jacaranda puberula</i>	Ds – Av
Clusiaceae	<i>Clusia criuva</i>	Ds
Cyatheaceae	<i>Cyathea sp.</i>	Ds
Elaeocarpaceae	<i>Sloanea guianensis</i>	Ds – Av
Euphorbiaceae	<i>Alchornea glandulosa</i>	Ds
Euphorbiaceae	<i>Alchornea sidifolia</i>	Ds
Euphorbiaceae	<i>Alchornea triplinervia</i>	Ds
Euphorbiaceae	<i>Myrcia sp</i>	Av
Euphorbiaceae	<i>Maprounea brasiliensis</i>	Ds
Fabaceae	<i>Abarema langsdorfii</i>	Ds
Fabaceae	<i>Andira fraxinifolia</i>	Ds
Fabaceae	<i>Bauhinia forficata</i>	Ds
Fabaceae	<i>Virola bicuhyba</i>	Av
Fabaceae	<i>Senna sp.</i>	Ds
Lamiaceae	<i>Aegiphila integrifolia</i>	Ds
Lauraceae	<i>Ocotea pulchella</i>	Ds – Av
Lauraceae	<i>Ocotea pulchra</i>	Ds
Lauraceae	<i>Sorocea bonplandii</i>	Av
Lauraceae	<i>Nectandra membranacea</i>	Ds
Lauraceae	<i>Nectandra oppositifolia</i>	Ds – Av
Melaiceae	<i>Guarea macrophylla</i>	Ds
Melastomataceae	<i>Miconia cabucu</i>	Ds – Av
Melastomataceae	<i>Miconia cinnamomifolia</i>	Ds – Av
Melastomataceae	<i>Miconia cubatanensis</i>	Ds
Melastomataceae	<i>Miconia sp.</i>	Ds
Melastomataceae	<i>Pleroma raddianum</i>	Ds
Meliaceae	<i>Trichilia sp.</i>	Ds
Moraceae	<i>Caesalpinia pulcherrima</i>	Av

Myrtaceae	<i>Eugenia brasiliensis</i>	Ds
Myrtaceae	<i>Miconia cinnamomifolia</i>	Av
Nyctaginaceae	<i>Guapira opposita</i>	Av
Peraceae	<i>Pera glabrata</i>	Ds – Av
Phyllanthaceae	<i>Hyeronima alchorneoides</i>	Ds – Av
Polygonaceae	<i>Coccoloba warmingii</i>	Ds
Primulaceae	<i>Myrsine coriacea</i>	Ds
Primulaceae	<i>Myrsine guianensis</i>	Ds
Primulaceae	<i>Myrsine sp.</i>	Ds
Rubiaceae	<i>Bathysa australis</i>	Ds – Av
Rubiaceae	<i>Faramea montevidensis</i>	Ds
Rubiaceae	<i>Posoqueria latifolia</i>	Ds
Rubiaceae	<i>Psychotria carthagenensis</i>	Ds – Av
Rubiaceae	<i>Psychotria sp.</i>	Ds
Rutaceae	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i>	Ds
Sapindaceae	<i>Allophylus sp.</i>	Ds
Sapindaceae	<i>Cupania oblongifolia</i>	Ds
Sapindaceae	<i>Cupania vernalis</i>	Ds – Av
Sapindaceae	<i>Matayba elaeagnoides</i>	Ds
Sapindaceae	<i>Matayba intermedia</i>	Ds – Av
Symplocaceae	<i>Symplocos sp.</i>	Ds
Urticaceae	<i>Cecropia glaziovii</i>	Ds
Urticaceae	<i>Coussapoa microcarpa</i>	Ds

Tabela 7 - Relação de espécies florestais identificadas na área de estudo por meio de avistamento (Av) e Dados Secundários (Ds). Fonte: Angelin Topografia e Engenharia, 2022.

Em relação as espécies ameaçadas, de acordo com o ICMBio (web), a fim de minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies brasileiras da fauna e flora, o Ministério do Meio Ambiente - MMA instituiu o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-espécies, por meio da Portaria nº 43, de 2014. A portaria 43/2014, que define espécies ameaçadas, aquelas cujas populações e/ou habitats estão desaparecendo rapidamente, de forma a colocá-las em risco de tornarem-se extintas. Ainda, o art. 2º da portaria supracitada define:

II - Categorias utilizadas no método de avaliação de risco de extinção de espécies, de acordo com as definições e critérios da União Internacional para Conservação da Natureza-IUCN, em conformidade com a legislação nacional e nos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica-CDB:

- a) Extinta (EX) - quando não restam quaisquer dúvidas de que o último indivíduo da espécie tenha desaparecido;
- b) Extinta na Natureza (EW) - quando a sobrevivência da espécie é conhecida apenas em cultivo, cativeiro ou como populações naturalizadas fora da sua área de distribuição natural;
- c) Criticamente em Perigo (CR) - quando as melhores evidências disponíveis indicam que se atingiu qualquer um dos critérios quantitativos para Criticamente em Perigo, e por isso considera-se que a espécie está enfrentando risco extremamente alto de extinção na natureza;

- d) Em Perigo (EN) - quando as melhores evidências disponíveis indicam que se atingiu qualquer um dos critérios quantitativos para em Perigo, e por isso considera-se que a espécie está enfrentando risco muito alto de extinção na natureza;
- e) Vulnerável (VU) - quando as melhores evidências disponíveis indicam que se atingiu qualquer um dos critérios quantitativos para vulnerável, e por isso considera-se que a espécie está enfrentando risco alto de extinção na natureza;
- f) Quase Ameaçada de Extinção (NT) - quando, ao ser avaliado pelos critérios, a espécie não se qualifica atualmente como Criticamente em Perigo, Em Perigo ou Vulnerável, mas se aproxima dos limiares quantitativos dos critérios, sendo provável que venha a enquadrar-se em uma categoria de ameaça em futuro próximo;
- g) Menos Preocupante (LC) - quando a espécie, não se qualifica como CR, EN, VU ou NT;
- h) Dados Insuficientes (DD) - quando não há informação adequada sobre a espécie para fazer uma avaliação direta ou indireta do seu risco de extinção, com base na sua distribuição e/ou estado populacional;
- i) Não aplicável (NA) - Espécie que, embora registrada no Brasil, ocorre em proporção extremamente baixa no território nacional (normalmente < 1% de sua população global), ou não é uma população selvagem ou é apenas uma visitante ocasional; e
- j) Não Avaliada (NE) - Espécie não avaliada pelos critérios de avaliação de risco definidos.

Quanto as espécies exóticas, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) define como espécie exótica toda espécie que se encontra fora de sua área de distribuição natural, enquanto espécie exótica invasora, por sua vez, é definida como sendo aquela que ameaça ecossistemas, habitats ou espécies. Segundo o Ministério do Meio Ambiente – MMA, os prejuízos e custos da prevenção, controle e erradicação de espécies exóticas invasoras indicam que os danos para o meio ambiente e para a economia são significativos. Ainda, o MMA afirma que as espécies exóticas invasoras envolvem uma agenda bastante ampla e desafiadora, com ações multidisciplinares e interinstitucionais. Ações de prevenção, erradicação, controle e monitoramento são fundamentais e exigem o envolvimento e a convergência de esforços dos diferentes órgãos dos governos federal, estadual e municipal envolvidos no tema, além do setor empresarial e das organizações não-governamentais.

Sendo assim, de acordo com visitas in loco da região, foi possível identificar uma plantação de silvicultura de espécie exótica dentro da área da microbacia.

Quanto a composição florística, dados secundários realizados na região de entorno, abordam a ocorrência de 100 espécies entre árvores, arbustos, lianas, ervas e epífitas. Dentre elas destacam as espécies consideradas bioindicadoras ambientais.

Família / Espécie	Nome Popular	Forma de Vida
Anacardiaceae		
<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	copiúva	av
<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	aroeira-vermelha	av
Annonaceae		
<i>Annona neosericea</i> H.Rainer	araticum-do-mato	av
<i>Guatteria australis</i> A.St.-Hil.	cortiça	av

<i>Xylopi</i> <i>brasiliensis</i> Spreng.	pindaíba	av
Aquifoliaceae		
<i>Ilex</i> cf. <i>dumosa</i>	caúna	av
<i>Ilex</i> <i>theezans</i> Mart. ex Reissek	caúna	av
Araceae		
<i>Anthurium</i> <i>scandens</i> (Aubl.) Engl.	-	ep
<i>Monstera</i> <i>adansonii</i> . Schott	-	ep
<i>Philodendron</i> <i>imbe</i> Schott.	cipó-imbé	ep
Araliaceae		
<i>Schefflera</i> <i>morototoni</i> (Aubl.) Maguire	pau-mandioca	av
Arecaceae		
<i>Attalea</i> <i>dubia</i> (Mart.) Burret.	palmeira-indaia	av
<i>Bactris</i> <i>setosa</i> Mart.	tucum	ab
<i>Euterpe</i> <i>edulis</i> Mart.	juçara	av
<i>Geonoma</i> <i>schottiana</i> Mart.	geonoma	av
<i>Syagrus</i> <i>romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	jerivá	av
Asteraceae		
<i>Mikania</i> sp.	guaco	l
<i>Sphagneticola</i> <i>trilobata</i> (L.) Pruski	vedélia	e
Bignoniaceae		
<i>Jacaranda</i> <i>puberula</i> Cham.	carobinha	av
Blechnaceae		
<i>Blechnum</i> <i>serrulatum</i> Rich.	samambaia	e
<i>Neoblechnum</i> <i>brasiliense</i> (Desv.) Gasper & V.A.O. Dittrich	samambaia	e
Bromeliaceae		
<i>Aechmea</i> <i>nudicaulis</i> (L.) Griseb.	brómelia	ep
<i>Aechmea</i> sp.	brómelia	ep
<i>Tillandsia</i> <i>stricta</i> Sol.	brómelia	ep
<i>Vriesea</i> <i>incurvata</i> Gaudich.	brómelia	ep
<i>Vriesea</i> <i>rodigasiana</i> E.Morren	brómelia	ep
<i>Vriesea</i> <i>gigantea</i> Gaudich.	brómelia	ep
Cactaceae		
<i>Rhpsalis</i> sp.	Erva-de-passarinho	ep
Celastraceae		
<i>Maytenus</i> <i>robusta</i> Reissek	coração-de-bugre	av
Clusiaceae		
<i>Clusia</i> <i>criuva</i> Cambess.	mangue-de-formiga	av
Cyatheaceae		
<i>Cyathea</i> sp.	xaxim	av
Dilleniaceae		
<i>Davilla</i> cf. <i>rugosa</i> Poir.	cipó-lixá	l
<i>Doliocarpus</i> cf. <i>schottianus</i> Eichler.	cipo-vermelho	l
<i>Tetracera</i> cf. <i>sellowiana</i> Schltdl.	-	l
Elaeocarpaceae		

<i>Sloanea guianensis</i> (Aubl.) Benth.	laranjeira-do-mato	av
Euphorbiaceae		
<i>Alchornea glandulosa</i> Poepp. & Endl	tanheiro	av
<i>Alchornea sidifolia</i> Müll.Arg.	tanheiro	av
<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) Müll. Arg.	tanheiro	av
<i>Maprounea brasiliensis</i> A.St.-Hil.	vaquinha	av
Fabaceae		
<i>Abarema langsdorfii</i> (Benth.) Barneby & J.W.Grimes	raposeira-branca	av
<i>Andira fraxinifolia</i> Benth.	angelim	av
<i>Bauhinia forficata</i> Link.	pata-de-vaca	av
<i>Erythrina speciosa</i> Andrews.	mulungu	ab
<i>Inga</i> sp.	ingá	av
<i>Mimosa bimucronata</i> (DC.) Kuntze	silva	av
<i>Senegalia</i> sp.	-	l
Gleicheniaceae		
<i>Gleichenella pectinata</i> (Willd.) Ching	samabaia	e
Heliconiaceae		
<i>Heliconia</i> cf. <i>farinosa</i> Raddi	caeté	ab
Lamiaceae		
<i>Aegiphila</i> sp.	-	av
Lauraceae		
<i>Nectandra membranacea</i> (Sw.) Griseb.	canela	av
<i>Nectandra oppositifolia</i> Nees.	canela-ferrugem	av
<i>Ocotea pulchella</i> (Nees & Mart.) Mez	canela-do-brejo	av
<i>Ocotea pulchra</i> Vattimo-Gil	-	av
Lygodiaceae		
<i>Lygodium volubile</i> Sw.	-	l
Melastomataceae		
<i>Leandra australis</i> (Cham.) Cogn.	leandra	ab
<i>Leandra</i> sp.	leandra	ab
<i>Miconia cabucu</i> Hoehne.	pixiricão	av
<i>Miconia cinnamomifolia</i> (DC.) Naudin.	jacatirão	av
<i>Miconia cubatanensis</i> Hoehne.	pixirica	av
<i>Miconia</i> sp.	pixirica	av
<i>Pleroma raddianum</i> (DC.) Gardner	quaresmeira	av
Meliaceae		
<i>Guarea macrophylla</i> Vahl	baga-de-macaco	av
<i>Trichilia</i> sp.	-	av
Monimiaceae		
<i>Mollinedia schottiana</i> (Spreng.)	capixim	av
Myrtaceae		
<i>Eugenia brasiliensis</i> Lam.	grumichama	av
<i>Marlierea tomentosa</i> Cambess.	guaporanga	av

<i>Myrcia brasiliensis</i> Kiaersk.	-	av
<i>Myrcia pubipetala</i> Miq	-	av
Myristicaceae		
<i>Virola bicuhyba</i> (Schott) Warb.	bicuíba	av
Nyctaginaceae		
<i>Guapira opposita</i> (Vell.) Reitz	maria-mole	ab
<i>Neea schwackeana</i> Heimerl	maria-mole	ab
Orchidaceae		
<i>Cattleya</i> sp.	orquidea	ep
<i>Vanilla</i> sp.	orquidea	ep
Peraceae		
<i>Pera glabrata</i> (Schott) Poepp. ex Baill.	coração-de-bugre	av
Piperaceae		
<i>Piper solmsianum</i> C. DC.	-	ab
Poaceae		
<i>Hypolytrum</i> spp.	capim-navalha	e
<i>Guadua cf. trinii</i> (Nees)	taquara	ab
<i>Merostachys</i> spp.	taquara	ab
Phyllanthaceae		
<i>Hyeronima alchorneoides</i> Allemão	licurana	av
Polygonaceae		
<i>Coccoloba warmingii</i> Meisn.	-	av
Polypodiaceae		
<i>Microgramma vacciniifolia</i> (Langsd. & Fisch.) Copel.	micrograma	ep
Primulaceae		
<i>Myrsine coriacea</i> (Sw.) R.Br.	capororoca	av
<i>Myrsine guianensis</i> (Aubl.) Kuntze	capororoca	av
Rubiaceae		
<i>Amaioua guianensis</i> Aubl.	carvoeiro	av
<i>Bathysa australis</i> (A.St.-Hil.) K.Schum.	macaqueiro	av
<i>Faramea montevidensis</i> (Cham. & Schltdl.) DC.	café-do-mato	av
<i>Justicia carnea</i> Lindl	-	ab
<i>Posoqueria latifolia</i> (Rudge) Roem. & Schult.	baga-de-macaco	av
<i>Psychotria carthagenensis</i> Jacq.	carne-de-vaca	av
<i>Psychotria</i> sp.	-	ab
Rutaceae		
<i>Zanthoxylum rhoifolium</i> Lam.	mamica-de-cadela	av
Sapindaceae		
<i>Allophylus</i> sp.	-	av
<i>Cupania oblongifolia</i> Mart.	camboatá	av
<i>Matayba elaeagnoides</i> Radlk.	camboatá-branco	av
<i>Matayba intermedia</i> Radlk.	camboatá-branco	av
<i>Serjania</i> sp.	cipó-timbó	l

Smilacaceae		
<i>Smilax campestris</i> Griseb.	salsa-parrilha	I
Symplocaceae		
<i>Symplocos</i> sp.	-	av
Urticaceae		
<i>Cecropia glaziovii</i> Snethl.	embaúba	av
<i>Coussapoa microcarpa</i> (Shott) Rizzini.	mata-pau	av

Tabela 8 - Composição florestal registrada via dados secundários. Legenda: av – árvore; ab – arbusto; e- erva; l – liana; ep – epífita. Fonte: Angelin Topografia e Engenharia, 2022.

Desta forma, avaliando as espécies florísticas levantadas neste estudo, com base na dissertação de Erasmo Nei Tiepo (2005), pag. 161:

As bromélias podem ser bioindicadoras do nível de conservação de florestas, uma vez que o aumento na complexidade do ambiente favorece a abundância destas plantas e a diversificação das espécies.

Em corroboração aos dados apresentados, Raquel Inocente Magalhães (2011, pag. 13), em sua dissertação, apresenta:

Representantes de Tillandsioideae, são considerados importantes bioindicadores de poluição atmosférica. Isso se deve a grande quantidade de escamas peltadas nas folhas dessas plantas, que possibilitam a absorção de metais pesados presentes no ar (Graciano et al., 2003; Figueiredo et al., 2004; Viana et al., 2010).

Ambos os autores, defendem que as espécies do gênero *Vriesea* sp. e *Tillandsia* sp. são as que possivelmente possuem maior adaptação a locais com maior intensidade de luz solar e baixa umidade, sendo as espécies que primeiro colonizaram a comunidade de arbóreas pioneiras. Portanto, pode-se concluir que estas espécies **são bioindicadoras de ambientes florestais em estágios iniciais a médio de regeneração.**

Em relação ao estágio sucessional da fitofisionomia presente na área, utilizamos dados secundários realizadas na área em estudos e vistoria em campo. Para poder inferir a classificação do estágio sucessional neste estudo utilizou-se a avaliação obtida no inventário florestal realizado em dados secundários em comparativo aos valores balizadores estabelecidos pela RESOLUÇÃO CONAMA Nº 4, de 1994 que trata sobre a vegetação no estado de Santa Catarina que “Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação na Mata Atlântica e dá outras providências”. De acordo com a classificação da Resolução Conama 4/1994, há três estágios sucessionais para Floresta Ombrófila Densa, conforme é possível verificar no quadro a seguir (Tabela 9).

CONAMA 004/1994	Estágio Avançado	Estágio Médio	Estágio inicial
Predominância do estrato arbóreo;	Dominante sobre as demais.	Dominante sobre as demais.	Pouco dominante.
Altura	Até 20 m	Até 8 m	Até 4 m
Área Basal	Até 20 m ² /ha	Até 15 m ² /ha	Até 8 m ² /há

DAP	Até 25 cm	Até 15 cm	Até 8 cm
Predominância do estrato arbóreo	Dossel fechado e relativamente uniforme no porte, podendo apresentar árvores emergentes;	Predominância dos estratos arbustivo e arbóreo.	herbáceo/arbustiva de porte baixo
Presença expressiva de epífitas	Grande número de espécies e com grande abundância	Aparecendo com maior número de indivíduos e espécies em relação ao estágio inicial	São representadas principalmente por líquens, briófitas e pteridófitas, com baixa diversidade.
Lianas	Geralmente lenhosas	Quando presentes, são predominantemente lenhosas	se presentes, são geralmente herbáceas;
Presença de serapilheira	Abundante	Presente, variando de espessura	Quando existente, forma uma camada fina pouco decomposta, contínua ou não
Diversidade biológica	Muito grande devido à complexidade estrutural;	Significativa	Diversidade biológica variável com poucas espécies arbóreas ou arborescentes, podendo apresentar plântulas de espécies características de outros estágios.
Subbosque	menos expressivo do que no estágio médio	Presente	Ausente
Formação Florestal	Dominantes	Espécies pioneiras pouco abundantes	Espécies pioneiras abundantes

Tabela 9 - Tabela de caracterização conforme CONAMA 04/94. Fonte: Res. Conama 4/94.

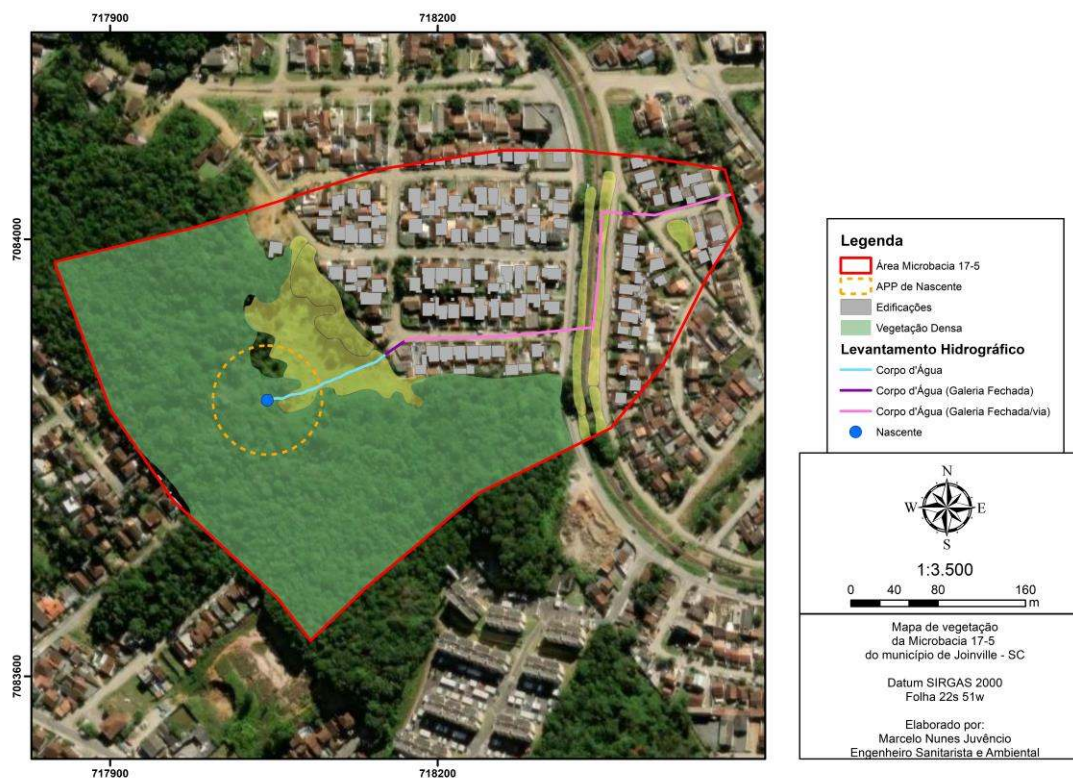


Figura 11 - Vegetação na Microbacia 17-5.

2.3.2 – Áreas de Restrições ambientais.

As Áreas de Restrição Ambientais, são aquelas de interesse para a proteção dos mananciais e para a preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais. Deste modo, podemos citar as unidades de conservação, áreas de preservação permanente e, para o caso do município de Joinville, a Cota 40.

A Unidade de Conservação (UC) é a denominação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais. Com base no art. 1º, I, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, são as UC's. Espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei.

As UC's têm a função de salvaguardar a representatividade de porções significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Além disso, garantem às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e ainda propiciam às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis (ECO, 2013). As zonas de amortecimento não fazem parte das UC's, mas foi criada pelo artigo 2º, inciso XVIII da Lei do SNUC (Lei nº 9.985/2000), que a define como o "entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade".

Desta forma, ao avaliar a região de entorno da área de estudo, em Joinville, há oito UCs. No entanto, a microbacia possui uma pequena região que está inserida em **Área de Relevante Interesse Ecológico**, que coincide com a área do zoneamento de **Área Urbana de Proteção Ambiental**, conhecido como “Cota 40”.

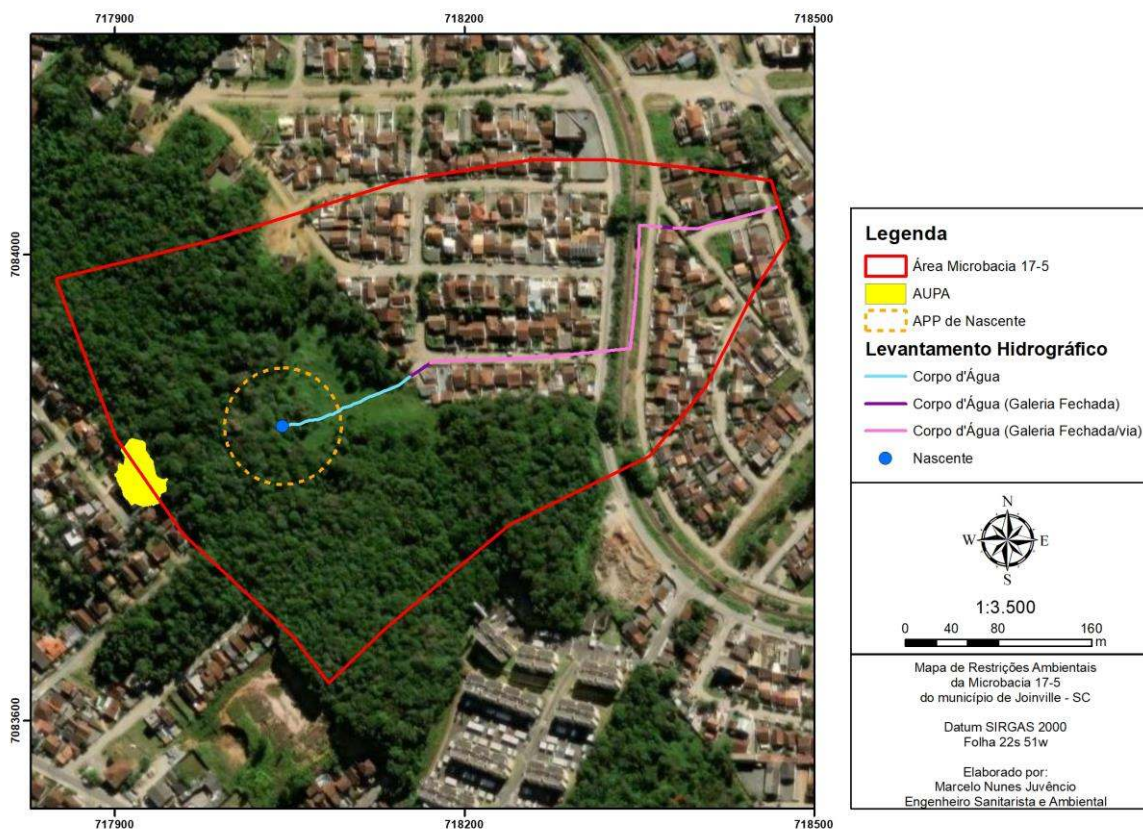


Figura 12 - Área de Restrição Ambiental.

2.3.3 – Áreas vegetadas, restrições ambientais e cursos hídricos.

A Área de Preservação Permanente - APP, é um espaço natural protegido principalmente em função da capacidade estabilizadora do solo propiciada pelas matas ciliares e outras vegetações. De acordo com o artigo 4º da Lei nº12.651/2012 (Novo Código Florestal), são consideradas APP:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) **30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;**

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do Empreendimento;

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

V - **as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;**

VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - os manguezais, em toda a sua extensão;

VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;

XI - em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

Como pode ser observado na figura 13, **existe apenas um curso d'água inserido em área de restrição ambiental (APP de nascente).**

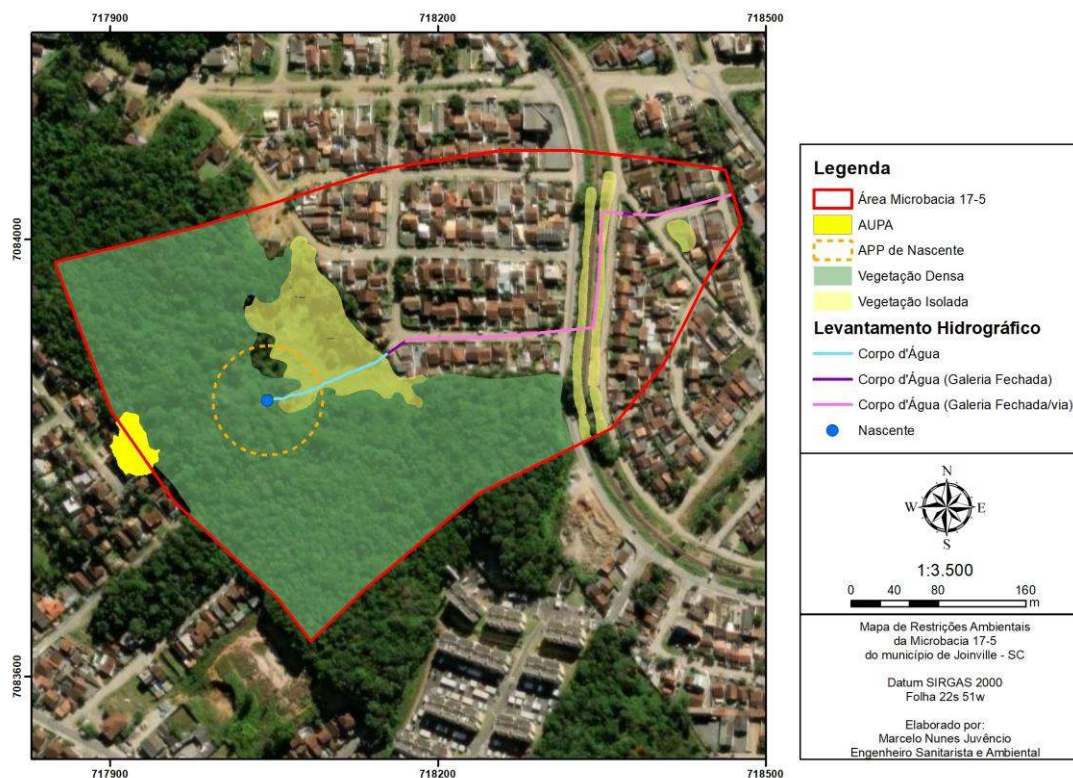


Figura 13 - Áreas vegetadas, restrições ambientais e cursos hídricos na microbacia 17-5.

2.3.4 – Quadro de Quantitativos de vegetação, restrição ambiental e cursos hídricos.

Vegetação		
Quadro das Áreas	m ²	Percentual em relação à área total da projeção de APP (32.107,78 m ²)
Área vegetada (vegetação densa) dentro da faixa de projeção da APP na Área Urbana Consolidada:	2.316,87	7,22%
Área vegetada (árvores isoladas) dentro da faixa de projeção da APP na Área Urbana Consolidada:	7.277,73	22,67%
Área sem vegetação dentro da faixa de projeção da APP na Área Urbana Consolidada:	22.513,18	70,12%

Tabela 10 - Quadro de quantitativos de vegetação.

Considerando a Área de Preservação Permanente total, de 32.107,78 m², foi projetada a APP proveniente dos cursos hídricos, resultando em 7,22% da APP localizada em vegetação densa, 22,67% em local com árvores isoladas e pouca vegetação. O restante, ou seja, 70,12%, possui traços de urbanização na faixa de APP.

Também há de se considerar que, como 100% da área da microbacia 17-5 está localizada em AUC, evidencia-se que existe grande atividade antrópica na microbacia,

com grandes condições de urbanização no local. Não existe APP de curso hídrico localizada em AUPA.

2.4 – Informações sobre a fauna.

2.4.1 – Caracterização da fauna existente.

O Brasil ocupa quase metade da América do Sul e é o país com a maior diversidade de espécies no mundo, espalhadas nos seis biomas terrestres e nos três grandes ecossistemas marinhos, possuindo mais de 103.870 espécies animais conhecidas no país. Suas diferentes zonas climáticas favorecem a formação de zonas biogeográficas (biomas), a exemplo a floresta tropical pluvial da Mata Atlântica (MMA, web).

Com base na abordagem realizada no item 2.3.1, dentre os ecossistemas/biomas, alvos de ações preservacionistas, vê-se a Mata Atlântica brasileira, apresentando cerca de 2.300 espécies de vertebrados e 20.000 espécies de plantas vasculares, dos quais, aproximadamente 740 espécies de vertebrados e 8.000 espécies de plantas vasculares são endêmicas, considerada um hot spot da biodiversidade mundial e um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta (CREMER et al, 2009).

Em Santa Catarina, a região litorânea é considerada uma das mais importantes áreas de biodiversidade marinha do Brasil (Venegas-González, et al., 2018). De acordo com Nunes (2020) a região de Joinville, caracterizada por ambientes brejosos no âmbito das formações Terras Baixas e Aluvial, como também, nas Formações Pioneiras de Influência Marinha (restingas) e de Influência Fluviomarina (os manguezais) ocorrem espécies de animais, algumas delas características, tais como: a garça-morena (*Egretta caerulea*), o tachã (*Chauna torquata*), a saracura-matraca (*Rallus longirostris*), a maria-catarinense (*Hemitriccus kaempferi*), o bicudinho-do-brejo (*Stymphalornis acutirostris*) e o garrinchão-de-bico-grande (*Cantorchilus longirostris*). **A paisagem característica de floresta de terras baixas e submontana apresentada na área de estudo fornece um ambiente propício para espécies adaptadas a espécies de áreas florestais.**

Utilizando-se de dados secundários, pode-se caracterizar a composição faunística possivelmente existente na área de estudo com base em três grandes grupos: Mastofauna, Herpetofauna e Avifauna. A Mastofauna (Figura 23) é composta por mamíferos que podem ser aquáticos (cetáceos) e terrestres (quadrúpedes/bípedes). No diagnóstico realizado, os dados secundários registraram 32 espécies, nas quais destacam-se o *Cerdocyon thous* (cachorro-do-mato); *Procyon cancrivorus* (mão-pelada) e *Dasyurus novemcinctus* (tatu). Em relação a Herpetofauna (Figura 24), dados secundários registram a possível ocorrência de 29 anuros e 16 répteis onde destacamos as espécies cobra de vidro (*Ophiodes striatus*), jararaca (*Bothrops jararaca*), caninana (*Spilotes pullatus*), sapo da floresta (*Rhinella abei*) e do teiú (*Salvator merianae*). Quanto a avifauna (Figura 25), foram detectadas 274 espécies nos dados secundários.

Em relação ao *Procyon cancrivorus* (mão-pelada), este, tem ampla distribuição geográfica, ocorrendo desde a América Central, até Uruguai, nordeste da Argentina, e

todo o Brasil. **A espécie ocorre próximo a cursos d'água, banhados, em bordas e fragmentos de vegetação nativa, sempre associado a ambientes aquáticos.** Se alimenta de invertebrados aquáticos, peixes, insetos, pequenos vertebrados e frutas. Não é considerada ameaçada em nenhum âmbito, seja em listagens estaduais, federais ou internacionais. O canídeo *Cerdocyon thous* (cachorro-do-mato), espécie ocorrente em todos os biomas brasileiros, com exceção do bioma amazônico. **A espécie se adapta muito bem a áreas alteradas, utilizando-se de bordas de fragmentos de vegetação e de áreas antrópicas.** A espécie não consta em nenhuma listagem de espécies ameaçadas de extinção. Referente a espécie registrada *Dasypus novemcinctus* (tatu-galinha) **é comum e possui ampla distribuição, é relativamente tolerante a alterações ambientais e as ameaças detectadas não comprometem a população como um todo,** sendo, portanto, categorizada como Menos Preocupante (LC) (MIRANDA et al., 2009; REIS et al., 2011).

Das serpentes relatadas, a *Bothrops jararaca* (jararaca) e a *Spilotes pullatus* (caninana) são características nos ambientes de Mata Atlântica com fácil adaptação em áreas antrópicas - mais comum em áreas rurais perto de plantações, mas também **podem aparecer em áreas periurbanas** (DORNELLES, Sidnei S. et al. 2017). A *Ophiodes striatus* (cobra de vidro) é um lagarto com ampla distribuição geográfica. Não é uma espécie considerada em risco de extinção, sua categoria é de “Menos Preocupante”, entretanto não quer dizer que não sofra com ações antrópicas (Estevão Jasper, 2017). *Tupinambis merianae*, o teiú, é um dos lagartos mais comuns no Brasil, apresentando corpo robusto e cilíndrico, assim como seus membros e cauda. Trata-se de uma espécie diurna, heliófila e ativa durante todo o dia (QUINTELA & LOEBMANN, 2009). Esta espécie não está ameaçada de extinção. Em relação ao *Rhinella abei* (sapo da floresta) é uma espécie de anfíbio da família Bufonidae. Endêmica do Brasil, onde pode ser encontrada nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (MATHEUS, Feldstein Haddad et al. 2018).

Por fim, em relação a avifauna, destacamos as famílias com maior número de espécie registradas em campo, considerando o levantamento feito pelos dados secundários, sendo as famílias Tyrannidae; Thraupidae e Columbidae: Os Tyrannidae são os mais representativos dentro da categoria de migrantes intracontinentais, representando 33,5% das aves que realizam este tipo de deslocamento. No Brasil ocorrem cerca de 300 espécies de tiranídeos incluindo o bem-te-vi. Em todos os países das Américas, exceto nos Estados Unidos e Canadá, **é considerada a família mais diversificada dentre as aves.** A especialização Tyrannidae entre habitat é muito forte nas florestas da planície tropical e florestas nubladas (WikiAves, web, 2021). Thraupidae é uma das **maiores famílias de aves do planeta**, contendo centenas de espécies que variam drasticamente em morfologia, ecologia e em vocalizações. Esta família compreende espécies de pássaros dos mais variados tipos, conhecidos genericamente como tiês, sendo que a maioria das espécies são endêmicas das Américas (WikiAves, web, 2021). Columbidae é uma família de aves columbiformes que inclui os pombos, pombas, rolas e rolinhas. Família composta por 16 espécies no Brasil, **os columbídeos são aves de pequeno e médio porte e possuem fácil adaptação a lugares antropizados.**

2.4.2 – Tabela indicando as espécies e grau de ameaça.

Com base na abordagem realizada no item 2.4.1., apresentamos a seguir, três quadros com o levantamento faunístico da região de entorno com base nos dados secundários apresentados anteriormente.

Na tabela 11, apresentamos a relação de espécies da mastofauna possivelmente ocorrente na área de estudo. O quadro apresenta a taxonomia e grau de ameaça.

Família / Espécie	Nome Popular	Registro	Status
Didelphidae			
<i>Didelphis aurita</i> (Zimmermann, 1780)	Gambá-de-orelha-preta	PO	
<i>Didelphis albiventris</i> (Linnaeus, 1758)	Gambá-de-orelha-branca	PO	
<i>Gracilinanus microtarsus</i> (Wagner, 1842)	Cuíca	PO	
<i>Chironectes minimus</i> (Zimmermann, 1780)	Cuíca-d-agua	PO	VU
Myrmecophagidae			
<i>Tamandua tetradactyla</i> (Linnaeus, 1758)	Tamanduá-mirim	PO	
Dasypodidae			
<i>Dasypus novemcinctus</i> (Linnaeus, 1758)	Tatu-galinha	PO	
Vespertilionidae			
<i>Myotis nigricans</i> (Schnz, 1821)	Morcego	PO	
Phyllostomidae			
<i>Noctilio leporinus</i> (Linnaeus, 1758)	Morcego-pescador	PO	
<i>Artibeus lituratus</i> (Olfers, 1818)	Morcego-das-frutas	PO	
<i>Sturnira lilium</i> (E. Geoffroy, 1810)	Morcego	PO	
<i>Carollia perspicillata</i> (Linnaeus, 1758)	Morcego	PO	
<i>Artibeus fimbriatus</i> (Gray, 1838)	Morcego-das-frutas	PO	
<i>Mimon bennetti</i> (Gray, 1838)	Morcego	PO	
Canidae			
<i>Cerdocyon thous</i> (Linnaeus, 1766)	Graxaim, Cachorro-do-mato	PO	
<i>Canis familiaris</i> (Linnaeus, 1758)	Cachorro-doméstico	PO	
Felidae			
<i>Felis catus</i> (Linnaeus, 1758)	Gato-doméstico	PO	
<i>Leopardus spp.</i> (Gray, 1842)	Gato-selvagem	PO	VU
Procyonidae			
<i>Nasua nasua</i> (Linnaeus, 1766)	Quati	PO	
<i>Procyon cancrivorus</i> (G. Cuvier, 1798)	Mão-pelada	PO	
Mustelidae			
<i>Eira barbara</i> (Linnaeus, 1758)	Irara	PO	
<i>Galictis cuja</i> (Molina, 1782)	Furão	PO	
Cricetidae			
<i>Akodon cf. montensis</i> (Thomas, 1913)	Rato-selvagem	PO	
<i>Euryoryzomys russatus</i> (Wagner, 1848)	Rato-selvagem	PO	
<i>Oligoryzomys cf. nigripes</i> (Olfers, 1818)	rato-do-arroz	PO	
Muridae			

<i>Mus musculus</i> (Linnaeus, 1758)	rato-domestico	PO	
<i>Rattus norvegicus</i> (Berkenhout, 1769)	ratazana	PO	
<i>Rattus rattus</i> (Linnaeus, 1758)	rato-preto	PO	
Caviidae			
<i>Cavia cf. fulgida</i> (Wagler, 1831)	Preá	PO	
Hydrochoeridae			
<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i> (Linnaeus, 1766)	Capivara	PO	
Dasyproctidae			
<i>Dasyprocta azarae</i> (Lichtenstein, 1823)	Cutia	PO	
Erethizontidae			
<i>Coendou spinosus</i> (F. Cuvier, 1823)	Ouriço	PO	
Sciuridae			
<i>Guerlinguetus ingrami</i> (Thomas, 1901)	Serelepe	PO	

Tabela 11 - Quadro da mastofauna existente na área de estudo. Legenda: PO – potencial de ocorrência. Fonte: Bibliografia diversa.

A tabela 12 apresenta a relação de espécies da Herpetofauna com potencial de ocorrência na área de estudo.

Família / Espécie – REPTEIS	Nome Popular	Registro	Status
Anguidae			
<i>Ophiodes striatus</i> (Spix, 1824)	cobra-de-vidro	PO	
Gekkonidae			
<i>Hemidactylus mabouia</i> (Moreau de Jonnés, 1818)	lagartixa-doméstica	PO	
Leiosauridae			
<i>Enyalius iheringii</i> (Boulenger, 1885)	papa-vento	PO	
Teiidae			
<i>Salvator merianae</i> (Duméril & Bibron, 1839)	teiú	PO	
Amphisbaenidae			
<i>Leposternon microcephalum</i> (Wagler in Spix, 1824)	cobra-de-duas-cabeças	PO	
Colubridae			
<i>Chironius bicarinatus</i> (Wied, 1820)	cobra-cipó	PO	
<i>Spilotes pullatus</i> (Linnaeus, 1758)	caninana	PO	
<i>Erythrolamprus miliaris</i> (Linnaeus, 1758)	cobra-d-agua	PO	
Dipsadidae			
<i>Dipsas incerta</i> (Jan, 1863)	dormideira	PO	
<i>Erythrolamprus miliaris orinus</i> (Cope, 1868)	falsa-coral	PO	
<i>Oxyrhopus clathratus</i> (Duméril, Bibron e Duméril, 1854)	falsa-coral	PO	
<i>Sibynomorphus neuwiedi</i> (Ihering, 1911)	dormideira-cinzenta	PO	
<i>Xenodon neuwiedii</i> (Günther, 1863)	jararaca-falsa	PO	
Elapidae			
<i>Micrurus lemniscatus</i> (Linnaeus, 1758)	coral-verdadeira	PO	
Viperidae			
<i>Bothrops jararaca</i> (Wied-Neuwied, 1824)	jararaca	PO	
<i>Bothrops jararacussu</i> (Lacerda, 1884)	jararacuçu	PO	

Família / Espécie – ANFÍBIOS	Nome Popular	Registro	Status
Brachycephalidae			
<i>Ischnocnema</i> spp. (Reinhardt & Lütken, 1862)	sapinho-da-bromélia	PO	
Bufo			
<i>Rhinella abei</i> (Baldiçsera, Caramaschi, & Haddad, 2004)	sapo-de-floresta	PO	
Craugastoridae			
<i>Haddadus binotatus</i> (Spix, 1824)	sapo-de-argila	PO	
Cycloramphidae			
<i>Cycloramphus bolitoglossus</i> (Werner, 1897)	sapo	PO	
Hemiphractidae			
<i>Fritziana</i> spp.	sapo-costas-separadas	PO	
<i>Gastrotheca microdiscus</i> (Andersson, 1910)	sapo-marsupial	PO	
Hylidae			
<i>Boana albomarginata</i> (Spix, 1824)	perereca-araponga	PO	
<i>Boana faber</i> (Wied-Neuwied, 1821)	sapo-martelo	PO	
<i>Boana semilineata</i> (Spix, 1824)	-	PO	
<i>Bokermannohyla hylax</i> (Heyer, 1985)	-	PO	
<i>Dendropsophus berthaltze</i> (Bokermann, 1962)	pererequina-do-brejo	PO	
<i>Dendropsophus microps</i> (Peters, 1872)	-	PO	
<i>Dendropsophus minutus</i> (Peters, 1872)	sapo-da-arvore	PO	
<i>Dendropsophus werneri</i> (Cochran, 1952)	-	PO	
<i>Itapotihyla lansgsdorffii</i> (Duméril and Bibron, 1841)	perereca-castanhola	PO	
<i>Ololygon littoralis</i> (Pombal & Gordo, 1991)	perereca-do-litoral	PO	
<i>Phyllomedusa distincta</i> (Lutz, 1950)	rã-macaco	PO	
<i>Scinax imbegue</i> (Nunes, Kwet & Pombal, 2012)	-	PO	
<i>Scinax perereca</i> (Pombal, Haddad & Kasahara, 1995)	-	PO	
<i>Scinax tymbamirim</i> (Nunes, Kwet, & Pombal, 2012)	-	PO	
<i>Trachycephalus mesophaeus</i> (Hensel, 1867)	-	PO	
Hylodidae			
<i>Hylodes perplicatus</i> (Miranda-Ribeiro, 1926)	-	PO	
Microhylidae			
<i>Elachistocleis bicolor</i> (Guérin-Méneville, 1838)	apito-do-brejo	PO	
Leptodactylidae			
<i>Adenomera bokermanii</i> (Heyer, 1973)	rãzinha-piadeira	PO	
<i>Adenomera nana</i> (Müller, 1922)	-	PO	
<i>Physalaemus cuvieri</i> (Fitzinger, 1826)	rã-cachorro	PO	
<i>Physalaemus lateristriga</i> (Steindachner, 1864)	-	PO	
<i>Leptodactylus latrans</i> (Steffen, 1815)	rã-manteiga	PO	
<i>Leptodactylus notoaktites</i> (Heyer, 1978)	-	PO	

Tabela 12- Quadro da herpetofauna existente na área de estudo. Legenda: PO – potencial de ocorrência. Fonte: Bibliografia diversa.

A tabela 13 apresenta a relação de espécies da Avifauna com potencial de ocorrência na área de estudo.

Família / Espécie	Nome Popular	Registro	STATUS
Accipitridae			
<i>Accipiter bicolor</i> (Vieillot, 1817)	gavião-bombachinha-grande	PO	
<i>Accipiter striatus</i> (Vieillot, 1808)	tauató-miúdo	PO	
<i>Amadonastur lacernulatus</i> (Temminck, 1827)	gavião-pompo-pequeno	PO	
<i>Buteo brachyurus</i> (Vieillot, 1816)	gavião-de-cauda-curta	PO	
<i>Circus buffoni</i> (Vigors, 1824)	gavião-do-banhado	PO	
<i>Elanoides forficatus</i> (Linnaeus, 1758)	gavião-tesoura	PO	
<i>Harpagus diodon</i> (Temminck, 1823)	gavião-bombachinha	PO	
<i>Hieraspiza superciliosa</i> (Linnaeus, 1766)	tauató-passarinho	PO	
<i>Rupornis magnirostris</i> (Gmelin, 1788)	gavião-carijó	PO	
<i>Rostrhamus sociabilis</i> (Vieillot, 1817)	gavião-caramujeiro	PO	
<i>Spizaetus tyrannus</i> (Wied, 1820)	gavião-pega-macaco	PO	
<i>Urubitinga urubitinga</i> (Gmelin, 1788)	gavião-preto	PO	
Anatidae			
<i>Amazonetta brasiliensis</i> (Leach, 1820)	pé-vermelho	PO	
<i>Anas bahamensis</i> (Linnaeus, 1758)	marreca-toicinho	PO	
<i>Cairina moschata</i> (Linnaeus, 1758)	pato-do-mato	PO	
<i>Dendrocygna viduata</i> (Linnaeus, 1766)	irerê	PO	
Apodidae			
<i>Chaetura cinereiventris</i> (Sclater, 1862)	andorinhão-de-sobre-cinzento	PO	
<i>Chaetura meridionalis</i> (Hellmayr, 1907)	andorinhão-do-temporal	PO	
<i>Streptoprocne zonaris</i> (Shaw, 1796)	taperuçu-de-coleira-branca	PO	
Trochilidae			
<i>Amazilia fimbriata</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-garganta-verde	PO	
<i>Amazilia versicolor</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-de-banda-branca	PO	
<i>Anthracothorax nigricollis</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-de-veste-preta	PO	
<i>Aphantochroa cirrochloris</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-cinza	PO	
<i>Chlorostilbon lucidus</i> (Shaw, 1812)	besourinho-de-bico-vermelho	PO	
<i>Eupetomena macroura</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-tesoura	PO	
<i>Florisuga fusca</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-preto	PO	
<i>Lophornis chalybeus</i> (Temminck, 1821)	topetinho-verde	PO	
<i>Phaethornis eurynome</i> (Lesson, 1832)	rabo-branco-de-garganta-rajada	PO	
<i>Phaethornis squalidus</i> (Temminck, 1822)	rabo-branco-pequeno	PO	
<i>Ramphodon naevius</i> (Dumont, 1818)	beija-flor-rajado	PO	
<i>Thalurania glaucopis</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-fronte-violeta	PO	
Caprimulgidae			
<i>Hydropsalis torquata</i> (Gmelin, 1789)	bacurau-tesoura	PO	
<i>Lurocalis semitorquatus</i> (Gmelin, 1789)	tuju	PO	
<i>Nyctidromus albicollis</i> (Gmelin, 1789)	bacurau	PO	
<i>Podager nacunda</i> (Vieillot, 1817)	coruçã	PO	
Cathartidae			

<i>Cathartes aura</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-de-cabeça-vermelha	PO	
<i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793)	urubu-de-cabeça-preta	PO	
Charadriidae			
<i>Vanellus chilensis</i> (Molina, 1782)	quero-quero	PO	
Jacaniidae			
<i>Jacana jacana</i> (Linnaeus, 1766)	jaçanã	PO	
Scolopacidae			
<i>Gallinago paraguayae</i> (Vieillot, 1816)	narceja	PO	
Columbidae		PO	
<i>Columba livia</i> Gmelin, 1789	pombo-domestico	PO	
<i>Columbina picui</i> (Temminck, 1813)	rolinha-picui	PO	
<i>Columbina talpacoti</i> (Temminck, 1810)	rolinha-roxa	PO	
<i>Geotrygon montana</i> (Linnaeus, 1758)	pariri	PO	
<i>Leptotila rufaxilla</i> (Richard & Bernard, 1792)	juriti-de-testa-branca	PO	
<i>Leptotila verreauxi</i> (Bonaparte, 1855)	juriti-pupu	PO	
<i>Patagioenas cayennensis</i> (Bonnaterre, 1792)	pomba-galega	PO	
<i>Patagioenas picazuro</i> (Temminck, 1813)	pomba-asa-branca	PO	
<i>Patagioenas plumbea</i> (Vieillot, 1818)	pomba-amargosa	PO	
<i>Zenaida auriculata</i> (Des Murs, 1847)	avoante	PO	
Alcedinidae		PO	
<i>Chloroceryle aenea</i> (Pallas, 1764)	martim-pescador-miúdo	PO	
<i>Chloroceryle amazona</i> (Latham, 1790)	martim-pescador-verde	PO	
<i>Chloroceryle americana</i> (Gmelin, 1788)	martim-pescador-pequeno	PO	
<i>Megaceryle torquata</i> (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-grande	PO	
Cuculidae		PO	
<i>Crotophaga ani</i> Linnaeus (1758)	anu-preto	PO	
<i>Guira guira</i> (Gmelin, 1788)	anu-branco	PO	
<i>Piaya cayana</i> (Leach, 1820)	alma-de-gato	PO	
<i>Tapera naevia</i> (Leach, 1820)	saci	PO	
Falconidae		PO	
<i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777)	carcará	PO	
<i>Falco sparverius</i> (Linnaeus, 1758)	quiriquiri	PO	
<i>Falco peregrinus</i> Tunstall, 1771	falcão peregrino	PO	
<i>Herpotheres cachinnans</i> (Linnaeus, 1758)	acauã	PO	
<i>Micrastur ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	falcão-caburé	PO	
<i>Milvago chimachima</i> (Vieillot, 1816)	carrapateiro	PO	
<i>Milvago chimango</i> (Vieillot, 1816)	chimango	PO	
Bucconidae		PO	
<i>Malacoptila striata</i> (Spix, 1824)	barbudo-rajado	PO	
Cracidae		PO	
<i>Ortalis squamata</i> (Lesson, 1829)	aracuã-escamoso	PO	
<i>Penelope obscura</i> (Temminck, 1815)	jacaguaçu	PO	
Odontophoridae		PO	
<i>Odontophorus capueira</i> (Spix, 1825)	uru	PO	
Aramidae		PO	
<i>Aramus guarauna</i> (Linnaeus, 1766)	carão	PO	
Rallidae		PO	
<i>Aramides cajaneus</i> (Statius Muller, 1776)	saracura-três-potes	PO	

<i>Aramides saracura</i> (Spix, 1825)	saracura-do-mato	PO	
<i>Fulica armillata</i> (Vieillot, 1817)	carqueja-de-bico-manchado	PO	
<i>Fulica leucoptera</i> (Vieillot, 1817)	carqueja-de-bico-amarelo	PO	
<i>Gallinula galeata</i> (Lichtenstein, 1818)	frango-d'água-comum	PO	
<i>Mustelirallus albicollis</i> (Vieillot, 1819)	sanã-carijó	PO	
<i>Laterallus exilis</i> (Temminck, 1831)	sanã-do-capim	PO	
<i>Laterallus melanophaius</i> (Vieillot, 1819)	sanã-parda	PO	
<i>Pardirallus nigricans</i> (Vieillot, 1819)	saracura-sanã	PO	
Nyctibiidae		PO	
<i>Nyctibius griseus</i> (Gmelin, 1789)	mãe-da-lua	PO	
Cardinalidae		PO	
<i>Habia rubica</i> (Vieillot, 1817)	tiê-de-bando	PO	
Conopophagidae		PO	
<i>Conopophaga lineata</i> (Wied, 1831)	chupa-dente	PO	
<i>Conopophaga melanops</i> (Vieillot, 1818)	cuspidor-de-máscara-preta	PO	
Cotingidae		PO	
<i>Carpornis melanocephala</i> (Wied, 1820)	sabiá-pimenta	PO	
<i>Procnias nudicollis</i> (Vieillot, 1817)	araponga	PO	
Corvidae		PO	
<i>Cyanocorax caeruleus</i> (Vieillot, 1818)	gralha-azul	PO	
Dendrocolaptidae		PO	
<i>Dendrocolaptes platyrostris</i> (Spix, 1825)	arapaçu-grande	PO	
<i>Dendrocincla turdina</i> (Lichtenstein, 1820)	arapaçu-liso	PO	
<i>Sittasomus griseicapillus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-verde	PO	
<i>Xiphocolaptes albicollis</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-de-garganta-branca	PO	
<i>Xiphorhynchus fuscus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-rajado	PO	
Estrildidae		PO	
<i>Estrilda astrild</i> (Bonaparte, 1850)	bico-de-lacre	PO	
Formicariidae		PO	
<i>Formicarius colma</i> (Boddaert, 1783)	galinha-do-mato	PO	
Fringillidae		PO	
<i>Euphonia chalybea</i> (Mikan, 1825)	cais-cais	PO	
<i>Euphonia pectoralis</i> (Latham, 1801)	fero-velho	PO	
<i>Euphonia violacea</i> (Linnaeus, 1758)	gaturamo-verdadeiro	PO	
<i>Spinus magellanicus</i> (Vieillot, 1805)	pintassilgo	PO	
Furnariidae		PO	
<i>Anabazenops fuscus</i> (Vieillot, 1816)	trepador-coleira	PO	
<i>Anabacetheria lichtensteini</i> (Cabanis & Heine, 1859)	limpa-folha-ocráceo	PO	
<i>Automolus leucophthalmus</i> (Wied, 1821)	barranqueiro-de-olho-branco	PO	
<i>Certhiaxis cinnamomeus</i> (Gmelin, 1788)	curutié	PO	
<i>Cichocolaptes leucophrus</i> (Jardine & Selby, 1830)	trepador-sobrancelha	PO	
<i>Furnarius rufus</i> (Gmelin, 1788)	joão-de-barro	PO	
<i>Lochmias nematura</i> (Lichtenstein, 1823)	joão-porca	PO	
<i>Philydor atricapillus</i> (Wied, 1821)	limpa-folha-coroado	PO	
<i>Philydor rufum</i> (Vieillot, 1818)	limpa-folha-de-testa-baia	PO	
<i>Synallaxis ruficapilla</i> (Vieillot, 1819)	pichororé	PO	

<i>Synallaxis spixi</i> (Sclater, 1856)	joão-teneném	PO	
Icteridae		PO	
<i>Cacicus haemorrhous</i> (Linnaeus, 1766)	guaxe	PO	
<i>Chrysomus ruficapillus</i> (Vieillot, 1819)	garibaldi	PO	
<i>Molothrus bonariensis</i> (Gmelin, 1789)	chupim	PO	
<i>Molothrus oryzivorus</i> (Gmelin, 1788)	iraúna-grande	PO	
<i>Leistes superciliaris</i> (Bonaparte, 1850)	polícia-inglesa-do-sul	PO	
Hirundinidae		PO	
<i>Hirundo rustica</i> Linnaeus, 1758	andorinha-de-bando	PO	
<i>Progne chalybea</i> (Gmelin, 1789)	andorinha-doméstica-grande	PO	
<i>Progne tapera</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-do-campo	PO	
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-pequena-de-casa	PO	
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-serradora	PO	
<i>Tachycineta albiventer</i> (Boddaert, 1783)	andorinha-do-rio	PO	
<i>Tachycineta leucorrohoa</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-de-sobre-branco	PO	
Mimidae		PO	
<i>Mimus saturninus</i> (Lichtenstein, 1823)	sabiá-do-campo	PO	
Mitrospingidae		PO	
<i>Orthogonys chloricterus</i> (Vieillot, 1819)	catirumbava	PO	
Motacillidae		PO	
<i>Anthus chii</i> (Vieillot, 1818)	caminheiro-zumbidor	PO	
Oxyruncidae		PO	
<i>Oxyruncus cristatus</i> (Swainson, 1821)	araponga-do-horto	PO	
Onychorhynchidae		PO	
<i>Myiobius barbatus</i> (Gmelin, 1789)	assanhadinho	PO	
Parulidae		PO	
<i>Basileuterus culicivorus</i> (Deppe, 1830)	pula-pula	PO	
<i>Geothlypis aequinoctialis</i> (Gmelin, 1789)	pia-cobra	PO	
<i>Myiothlypis rivularis</i> (Wied, 1821)	pula-pula-ribeirinho	PO	
<i>Setophaga pitayumi</i> (Vieillot, 1817)	mariquita	PO	
Passerellidae		PO	
<i>Zonotrichia capensis</i> (Statius Muller, 1776)	tico-tico	PO	
Passeridae		PO	
<i>Passer domesticus</i> (Linnaeus, 1758)	pardal	PO	
Pipridae		PO	
<i>Chiroxiphia caudata</i> (Shaw & Nodder, 1793)	tangará	PO	
<i>Manacus manacus</i> (Linnaeus, 1766)	rendeira	PO	
Poliophtidae		PO	
<i>Ramphocaenus melanurus</i> Vieillot, 1819	chirito	PO	
Platyrrhynchidae		PO	
<i>Platyrrhynchus leucoryphus</i> (Wied, 1831)	patinho-de-asa-castanha	PO	
<i>Platyrrhynchus mystaceus</i> (Vieillot, 1818)	patinho	PO	
Rhinocryptidae		PO	
<i>Eleoscytalopus indigoticus</i> (Wied, 1831)	macuquinho	PO	
Rhynchocyclidae		PO	
<i>Hemitriccus kaempferi</i> (Zimmer, 1953)	maria-catarinense	PO	
<i>Hemitriccus orbitatus</i> (Wied, 1831)	tiririzinho-do-mato	PO	

<i>Leptopogon amaurocephalus</i> Tschudi, 1846	cabeçudo	PO	
<i>Mionectes rufiventris</i> (Cabanis, 1846)	abre-asas-de-cabeça-cinza	PO	
<i>Myiornis auricularis</i> (Vieillot, 1818)	miudinho	PO	
<i>Phylloscartes kronei</i> Willis & Oniki, 1992	maria-da-restinga	PO	
<i>Phylloscartes ventralis</i> (Temminck, 1824)	borboletinha-do-mato	PO	
<i>Poecilotriccus plumbeiceps</i> (Lafresnaye, 1846)	tororó	PO	
<i>Todirostrum poliocephalum</i> (Wied, 1831)	teque-teque	PO	
<i>Tolmomyias sulphurescens</i> (Spix, 1825)	bico-chato-de-orelha-preta	PO	
Thamnophilidae		PO	
<i>Dryophila ferruginea</i> (Temminck, 1822)	dituí	PO	
<i>Dryophila squamata</i> (Lichtenstein, 1823)	pintadinho	PO	
<i>Dysithamnus mentalis</i> (Temminck, 1823)	choquinha-lisa	PO	
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i> (Temminck, 1822)	chorozinho-de-asa-vermelha	PO	
<i>Hypoedaleus guttatus</i> (Vieillot, 1816)	chocão-carijó	PO	
<i>Myrmoderus squamosus</i> (Pelzeln, 1868)	papa-formiga-de-grota	PO	
<i>Myrmotherula unicolor</i> (Ménétries, 1835)	choquinha-cinzenta	PO	
<i>Pyriglena leucoptera</i> (Vieillot, 1818)	papa-taoca-do-sul	PO	
<i>Thamnophilus caerulescens</i> (Vieillot, 1816)	choca-da-mata	PO	
<i>Thamnophilus ruficapillus</i> (Vieillot, 1816)	choca-de-chapéu-vermelho	PO	
Thraupidae		PO	
<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)	cambacica	PO	
<i>Conirostrum bicolor</i> (Vieillot, 1809)	figuinha-do-mangue	PO	
<i>Chlorophanes spiza</i> (Linnaeus, 1758)	saí-verde	PO	
<i>Dacnis cayana</i> (Linnaeus, 1766)	saí-azul	PO	
<i>Embernagra platensis</i> (Gmelin, 1789)	sabiá-do-banhado	PO	
<i>Hemithraupis ruficapilla</i> (Vieillot, 1818)	saíra-ferrugem	PO	
<i>Lanio cristatus</i> (Linnaeus, 1766)	tiê-galo	PO	
<i>Pipraeidea melanonota</i> (Vieillot, 1819)	saíra-viúva	PO	
<i>Ramphocelus bresilius</i> (Linnaeus, 1766)	tiê-sangue	PO	VU
<i>Saltator similis</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	trinca-ferro	PO	
<i>Sicalis flaveola</i> (Linnaeus, 1766)	canário-da-terra	PO	
<i>Sicalis luteola</i> (Sparrman, 1789)	tipio	PO	
<i>Sporophila angolensis</i> (Linnaeus, 1766)	curió	PO	
<i>Sporophila caerulescens</i> (Vieillot, 1823)	coleirinho	PO	
<i>Sporophila frontalis</i> (Verreaux, 1869)	pioxó	PO	
<i>Sporophila lineola</i> (Linnaeus, 1758)	bigodinho	PO	
<i>Tachyphonus coronatus</i> (Vieillot, 1822)	tiê-preto	PO	
<i>Tangara seledon</i> (Stadius Muller, 1776)	saíra-sete-cores	PO	
<i>Tangara cyanocephala</i> (Stadius Muller, 1776)	saíra-militar	PO	
<i>Tangara sayaca</i> (Linnaeus, 1766)	sanhaçu-cinzento	PO	
<i>Tangara cyanoptera</i> (Vieillot, 1817)	sanhaçu-de-encontro-azul	PO	
<i>Tangara palmarum</i> (Wied, 1821)	sanhaçu-do-coqueiro	PO	
<i>Tangara peruviana</i> (Desmarest, 1806)	saíra-sapucaia	PO	
<i>Thraupis ornata</i> (Sparrman, 1789)	sanhaçu-de-encontro-amarelo	PO	
<i>Trichothraupis melanops</i> (Vieillot, 1818)	tiê-de-topete	PO	

<i>Volatinia jacarina</i> (Linnaeus, 1766)	tiziu	PO	
Tityridae		PO	
<i>Pachyramphus castaneus</i> (Jardine & Selby, 1827)	caneleiro	PO	
<i>Pachyramphus polychopterus</i> (Vieillot, 1818)	caneleiro-preto	PO	
<i>Pachyramphus validus</i> (Lichtenstein, 1823)	caneleiro-de-chapéu-preto	PO	
<i>Schiffornis virescens</i> (Lafresnaye, 1838)	flautim	PO	
<i>Tityra cayana</i> (Linnaeus, 1766)	anambé-branco-de-rabo-preto	PO	
<i>Tityra inquisitor</i> (Lichtenstein, 1823)	anambé-branco-de-bochecha-parda	PO	
Troglodytidae		PO	
<i>Cantorchilus longirostris</i> (Vieillot, 1819)	garrinção-de-bico-grande	PO	
<i>Troglodytes musculus</i> (Naumann, 1823)	corruíra	PO	
Trogonidae		PO	
<i>Trogon surrucura</i> (Vieillot, 1817)	surucuá-variado	PO	
<i>Trogon viridis</i> (Linnaeus, 1766)	surucuá-de-barriga-amarela	PO	
Turdidae		PO	
<i>Turdus albicollis</i> (Vieillot, 1818)	sabiá-coleira	PO	
<i>Turdus amaurochalinus</i> (Cabanis, 1850)	sabiá-poca	PO	
<i>Turdus flavipes</i> (Vieillot, 1818)	sabiá-uma	PO	
<i>Turdus leucomelas</i> (Vieillot, 1818)	sabiá-barranco	PO	
<i>Turdus rufiventris</i> (Vieillot, 1818)	sabiá-laranjeira	PO	
Tyrannidae		PO	
<i>Arundinicola leucocephala</i> (Linnaeus, 1764)	freirinha	PO	
<i>Attila phoenicurus</i> (Pelzeln, 1868)	capitão-castanho	PO	
<i>Attila rufus</i> (Vieillot, 1819)	capitão-de-saíra	PO	
<i>Camptostoma obsoletum</i> (Temminck, 1824)	risadinha	PO	
<i>Conopias trivirgatus</i> (Wied, 1831)	bem-te-vi-pequeno	PO	
<i>Colonia colonus</i> (Vieillot, 1818)	viuvinha	PO	
<i>Cnemotriccus fuscatus</i> (Wied, 1831)	guaracavuçu	PO	
<i>Elaenia flavogaster</i> (Thunberg, 1822)	guaracava-de-barriga-amarela	PO	
<i>Elaenia obscura</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	tucão	PO	
<i>Elaenia parvirostris</i> (Pelzeln, 1868)	tuque-pium	PO	
<i>Empidonomus varius</i> (Vieillot, 1818)	peitica	PO	
<i>Fluvicola nengeta</i> (Linnaeus, 1766)	lavadeira-mascarada	PO	
<i>Hirundinea ferruginea</i> (Gmelin, 1788)	gibão-de-couro	PO	
<i>Lathrotriccus euleri</i> (Cabanis, 1868)	enferrujado	PO	
<i>Legatus leucophaeus</i> (Vieillot, 1818)	bem-te-vi-pirata	PO	
<i>Machetornis rixosa</i> (Vieillot, 1819)	suiriri-cavaleiro	PO	
<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)	neinei	PO	
<i>Muscipira vetula</i> (Lichtenstein, 1823)	tesoura-cinzenta	PO	
<i>Myiarchus swainsoni</i> (Cabanis & Heine, 1859)	irré	PO	
<i>Myiodynastes maculatus</i> (Statius Muller, 1776)	bem-te-vi-rajado	PO	
<i>Myiopagis caniceps</i> (Swainson, 1835)	guaracava-cinzenta	PO	
<i>Myiophobus fasciatus</i> (Statius Muller, 1776)	filipe	PO	
<i>Myiozetetes similis</i> (Spix, 1825)	bentevizinho-de-penacho-vermelho	PO	

<i>Phyllomyias virescens</i> (Temminck, 1824)	piolhinho-verdoso	PO	
<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	bem-te-vi	PO	
<i>Pyrocephalus rubinus</i> (Boddaert, 1783)	príncipe	PO	
<i>Satrapa icterophrys</i> (Vieillot, 1818)	suiriri-pequeno	PO	
<i>Serpophaga subcristata</i> (Vieillot, 1817)	alegrinho	PO	
<i>Sirystes sibilator</i> (Vieillot, 1818)	gritador	PO	
<i>Tyrannus melancholicus</i> (Vieillot, 1819)	suiriri	PO	
<i>Tyrannus savana</i> (Daudin, 1802)	tesourinha	PO	
Vireonidae		PO	
<i>Cyclarhis gujanensis</i> (Gmelin, 1789)	pitiguari	PO	
<i>Hylophilus poicilotis</i> (Temminck, 1822)	verdinho-coroado	PO	
<i>Vireo chivi</i> (Vieillot, 1817)	juruviara	PO	
<i>Vireo olivaceus</i> (Linnaeus, 1766)	juruviara-boreal	PO	
Xenopidae		PO	
<i>Xenops minutus</i> (Sparman, 1788)	bico-virado-miúdo	PO	
<i>Xenops rutilans</i> (Temminck, 1821)	bico-virado-carijó	PO	
Ardeidae		PO	
<i>Ardea alba</i> (Linnaeus, 1758)	garça-branca-grande	PO	
<i>Ardea cocoi</i> (Linnaeus, 1766)	garça-moura	PO	
<i>Bubulcus ibis</i> (Linnaeus, 1758)	garça-vaqueira	PO	
<i>Butorides striata</i> (Linnaeus, 1758)	socozinho	PO	
<i>Egretta caerulea</i> (Linnaeus, 1758)	garça-azul	PO	
<i>Egretta thula</i> (Molina, 1782)	garça-branca-pequena	PO	
<i>Nycticorax nycticorax</i> (Linnaeus, 1758)	savacu	PO	
<i>Nyctanassa violacea</i> (Linnaeus, 1758)	savacu-de-coroa	PO	
<i>Syrigma sibilatrix</i> (Temminck, 1824)	maria-faceira	PO	
<i>Tigrisoma lineatum</i> (Boddaert, 1783)	socó-boi	PO	
Threskiornithidae		PO	
<i>Plegadis chihi</i> (Vieillot, 1817)	caraúna	PO	
<i>Phimosus infuscatus</i> (Lichtenstein, 1823)	tapicuru	PO	
<i>Theristicus caudatus</i> (Boddaert, 1783)	curicaca	PO	
Picidae		PO	
<i>Campephilus robustus</i> (Lichtenstein, 1818)	pica-pau-rei	PO	
<i>Celeus flavescens</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-de-cabeça-amarela	PO	
<i>Colaptes campestris</i> (Vieillot, 1818)	pica-pau-do-campo	PO	
<i>Colaptes melanochloros</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-verde-barrado	PO	
<i>Melanerpes candidus</i> (Otto, 1796)	pica-pau-branco	PO	
<i>Piculus flavigula</i> (Boddaert, 1783)	pica-pau-bufador	PO	
<i>Picumnus temminckii</i> (Lafresnaye, 1845)	pica-pau-anão-de-coleira	PO	
<i>Veniliornis spilogaster</i> (Wagler, 1827)	pica-pau-verde-carijó	PO	
Ramphastidae		PO	
<i>Ramphastos dicolorus</i> (Linnaeus, 1766)	tucano-de-bico-verde	PO	
<i>Ramphastos vitellinus</i> (Lichtenstein, 1823)	tucano-de-bico-preto	PO	
<i>Selenidera maculirostris</i> (Lichtenstein, 1823)	araçari-poca	PO	
Psittacidae		PO	
<i>Brotogeris tirica</i> (Gmelin, 1788)	periquito-rico	PO	
<i>Forpus xanthopterygius</i> (Spix, 1824)	tuim	PO	
<i>Pionopsitta pileata</i> (Scopoli, 1769)	cuiú-cuiú	PO	
<i>Pionus maximiliani</i> (Kuhl, 1820)	maitaca-verde	PO	

<i>Pyrhura frontalis</i> (Vieillot, 1817)	tiriba-de-testa-vermelha	PO	
Strigidae		PO	
<i>Asio clamator</i> (Vieillot, 1808)	coruja-orelhuda	PO	
<i>Asio stygius</i> (Wagler, 1832)	coruja-mocho-diabo	PO	
<i>Athene cunicularia</i> (Molina, 1782)	coruja-buraqueira	PO	
<i>Megascops atricapilla</i> (Temminck, 1822)	corujinha-sapo	PO	
<i>Megascops choliba</i> (Vieillot, 1817)	corujinha-do-mato	PO	
<i>Strix hylophila</i> Temminck, 1825	coruja-listrada	PO	
Phalacrocoracidae		PO	
<i>Nannopterum brasilianus</i> (Gmelin, 1789)	biguá	PO	
Tinamidae		PO	
<i>Crypturellus obsoletus</i> (Temminck, 1815)	inhambuguaçu	PO	
<i>Crypturellus noctivagus</i> (Wied, 1820)	jaó-do-sul	PO	
<i>Crypturellus tataupa</i> (Temminck, 1815)	inhambu-chintã	PO	
Trogonidae		PO	
<i>Trogon surrucura</i> (Vieillot, 1817)	surucuá-variado	PO	

Tabela 13 - Quadro da avifauna existente na área de estudo. Legenda: PO – potencial de ocorrência.

Fonte: Bibliografia diversa.

De acordo com o ICMBio (site), a fim de minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies brasileiras da fauna e flora, o Ministério do Meio Ambiente - MMA instituiu o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-espécies, por meio da Portaria nº 43, de 2014. Esta portaria define espécies ameaçadas, aquelas cujas populações e/ou habitats estão desaparecendo rapidamente, de forma a colocá-las em risco de tornarem-se extintas.

Ao avaliar as espécies identificadas quanto ao grau de ameaça, **foram registradas na bibliografia três espécies ameaçadas como vulnerável sob potencial de ocorrência na área**, sendo elas: uma espécie de avifauna *Ramphocelus bresilius* (Linnaeus, 1766) conhecido por tiê-sangue e duas espécies da mastofauna, a *Gracilinanus microtarsus* (Wagner, 1842) conhecida por cuíca; e *Leopardus spp.* (Gray, 1842), o gato selvagem.

2.5 – Infraestrutura e equipamentos públicos.

Como a microbacia está totalmente inserida em AUC, significa que a região possui diversos equipamentos urbanos, incluindo sistema de drenagem de águas pluviais, sistema de abastecimento de água potável, energia elétrica, serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos e rede de telefonia. De acordo com dados disponibilizados pela Companhia Águas de Joinville, a região não é atendida pelo sistema de esgotamento sanitário, sendo assim, o tratamento de esgoto onde não existe rede geralmente é feito por sistema individual, sendo o sistema de fossa e filtro o mais comum e é destinado à drenagem urbana, que possui todos os corpos hídricos da microbacia como integrantes do sistema de microdrenagem.

A principal via, a Rua Willy Tilp, é totalmente asfaltada no trecho em que passa pela Microbacia 17-5. A região é abastecida ainda por diversas linhas de ônibus que

cruzam o bairro Nova Brasília até a região central de Joinville, como a linha Nova Brasília/Centro e Willy Tilp.

2.6 – Parâmetros ocupacionais, perfil socioeconômico local e indicativos ambientais.

Antigamente essa região era chamada de Itaum-Costa. O nome atual do bairro originou-se da rua principal que corta o bairro em direção norte – sul, sendo uma homenagem à família Costa que doou boa parte das terras à implantação de cemitério, igreja, escolas, etc. (PMJ, 2017)

O desenvolvimento do bairro foi rápido fazendo-se necessário a pavimentação das vias de acesso, o que possibilitou aos moradores maiores opções em termos de linhas de ônibus. (PMJ, 2017)

É contornado à leste pelos trilhos da via férrea, que liga nossa cidade ao Município de São Francisco do Sul, e que há algumas décadas desempenhou extrema importância ao desenvolvimento econômico de Joinville. (PMJ, 2017)

Segundo dados de 2017, a distância do bairro João Costa até o centro de Joinville é de 6,62 quilômetros, possui 13.883 habitantes, possui densidade populacional de 4.071 hab./km² e 49% de seus habitantes possui entre 26 e 59 anos.

Em relação à renda, 37,5% da população do bairro recebe até 1 salário-mínimo (SM), 55% recebem entre 1 e 3 SM e 4,2% acima de 3 SM. O uso do solo compreende cerca de 83,9% da área do bairro para residências, 4,2% para serviços/comércios, e 11,7% é referente à terrenos baldios.

Nas proximidades da microbacia existem ainda alguns serviços públicos de referência, tais como:

Serviço	Tipo
EM João Costa	Escola Municipal
CEI Iraci Schmidlin	Centro de Educação Infantil
EM Oswaldo Cabral	Escola Municipal
CEI Estrelinha Brilhante	Centro de Educação Infantil
UBS Sede Jarivatuba Belquise Ana Quintero	Unidade Básica de Saúde
Pronto Atendimento Sul	Unidade de Pronto Atendimento

Tabela 14 - Unidades de referência nas proximidades da microbacia 17-5.

Considerando ainda a população do bairro João Costa como sendo de 15.376 habitantes para o ano de 2020 (PMJ, 2017), extrapolando para a área da microbacia, chega-se a uma população estimada de 618 pessoas para a área da microbacia 17-4 inserida no bairro João Costa.

2.7 – Estudo dos Quadrantes.

Para estudo dos quadrantes, a microbacia foi dividida em dois quadrantes, denominados A e B, como a seguir.

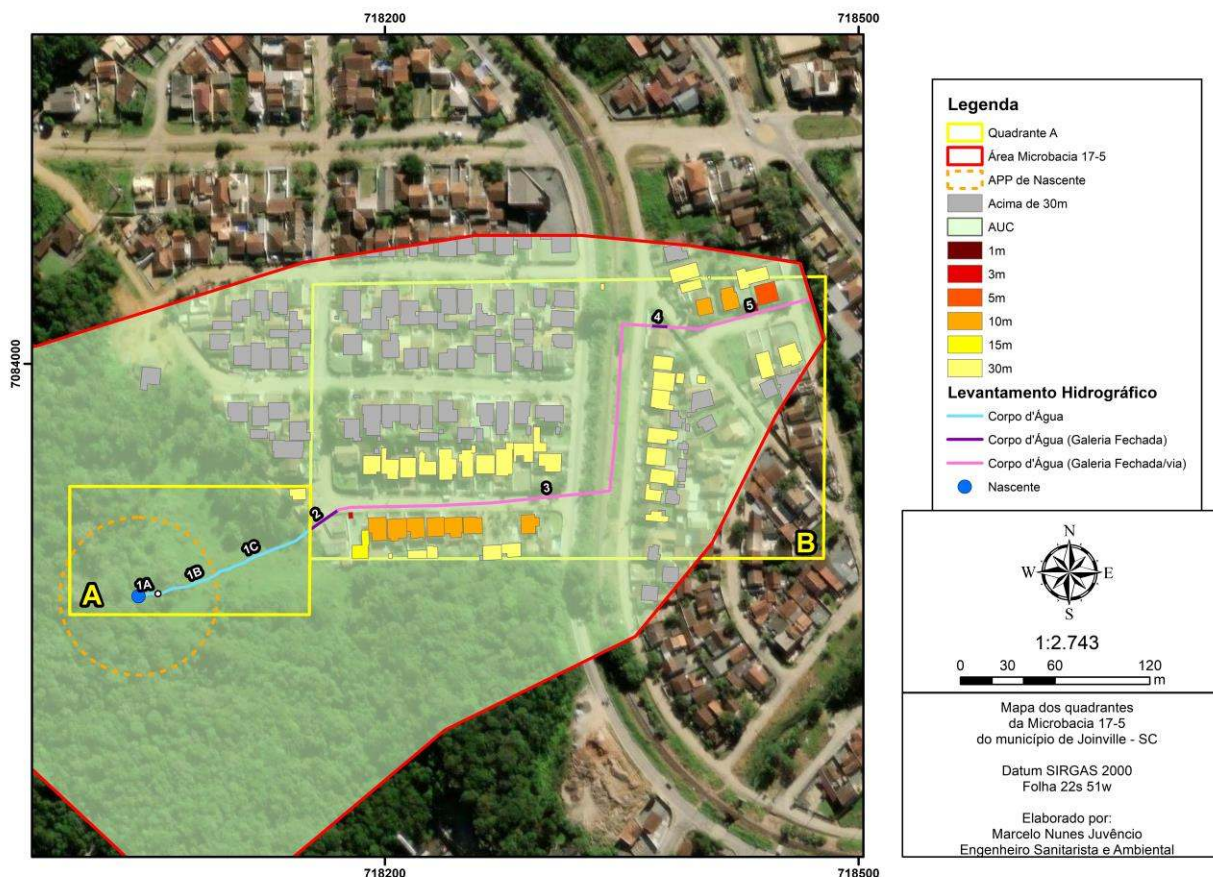


Figura 14 - Quadrantes da Microbacia 17-5.

A seguir será apresentada análise individual de cada quadrante, com numeração de trecho em cada segmento de curso d'água e sua respectiva extensão, enquadramento em macro cenário e observações pertinentes a cada caso.

2.7.1 – QUADRANTE A

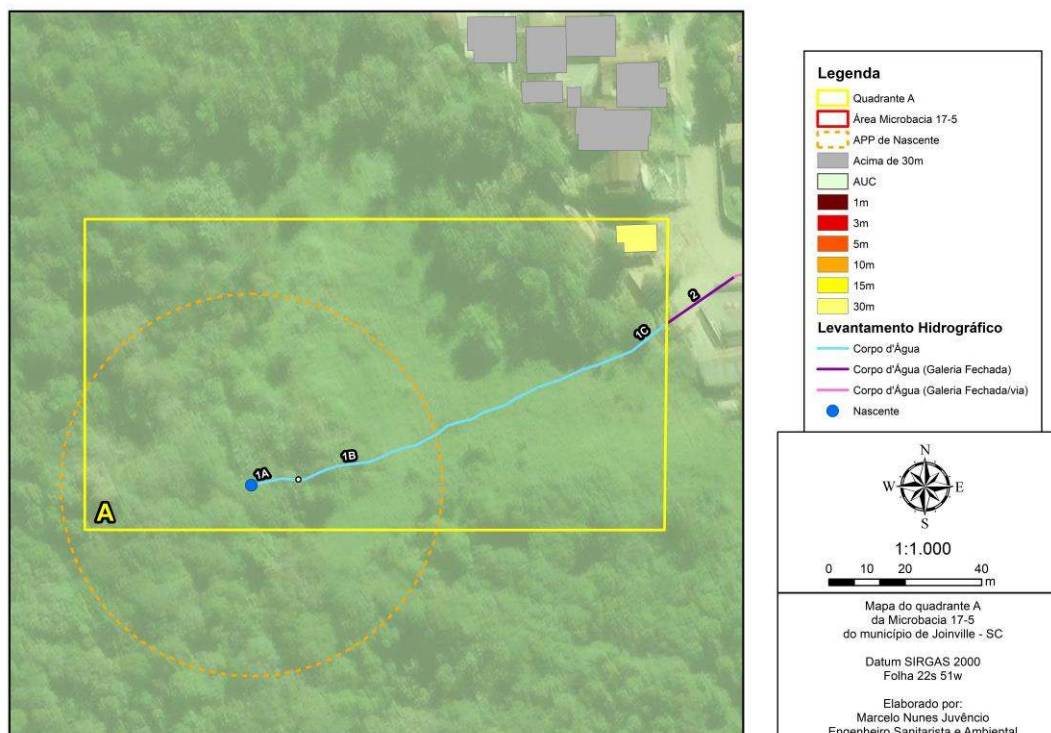


Figura 15 - Quadrante A.

No quadrante A consta corpo d'água aberto que inicia em uma área vegetada, interceptando uma clareira quando segue em direção à rua. A área de clareira está coberta por vegetação forrageira, prejudicando a visualização de todo o traçado.

Em campo não se verificou fluxo de água a partir do ponto de nascente, conforme levantamento municipal, apenas uma vala retilínea com água parada em alguns pontos.

Quanto próximo da rua, verificou-se fluxo de água na vala, porém, seguindo um traçado distinto do levantamento municipal.

Observa-se fluxo apenas próximo a tubulação, onde aparentemente há recebimento de águas servidas das residências próximas.

Trecho 1A: Corpo d'água aberto, vegetação densa em APP de nascente.

Comprimento: 12,47 metros.



Figura 16 – Trecho 1A (Coordenadas: 718045.33 m E; 7083845.33 m S). Vala retilínea com água parada.

Trecho 1B: Corpo d'água aberto, vegetação densa a borda, em APP de nascente.

Comprimento: 38,14 metros.



Figura 17 – Calha do trecho 1B, com vista para montante, trecho 1A. Não foi verificado fluxo de água, apenas solo úmido (Coordenadas: 718066.00 m E; 7083860.00 m S).

Trecho 1C: Corpo d'água aberto, braquiárias/pasto. Necesita correção de base (Divergência de localização). O traçado deste trecho está mais ao sul, com segmento final próximo a residências. Devido à vegetação forrageira, não foi possível identificar o traçado de todo o corpo d'água.

Comprimento: 67,79 metros.



Figura 18 – Contexto dos trechos 1A a 1C.



Figura 19 – Trecho 1C, vista para montante. Observa-se vala retilínea e vegetação forrageira aos fundos.

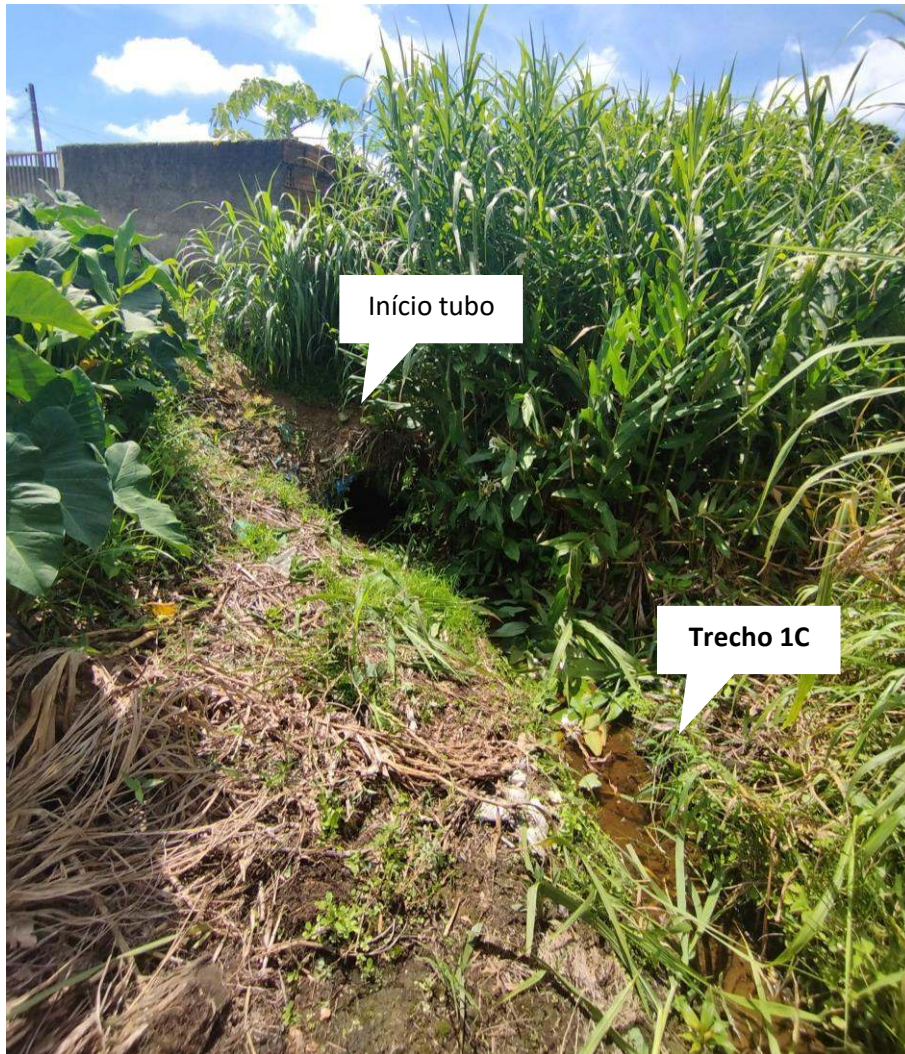


Figura 20 – Final do trecho 1C e início do trecho 2 (Coordenadas: 718147 m E; 7083891.00 m S).

2.7.2 – QUADRANTE B



Figura 21 – Quadrante B.

No quadrante B foram identificados 4 trechos de cursos hídricos.

Trecho 2: Corpo d'água (Tubulado/Galeria Fechada), entre lotes.

Comprimento: 21,65 metros.

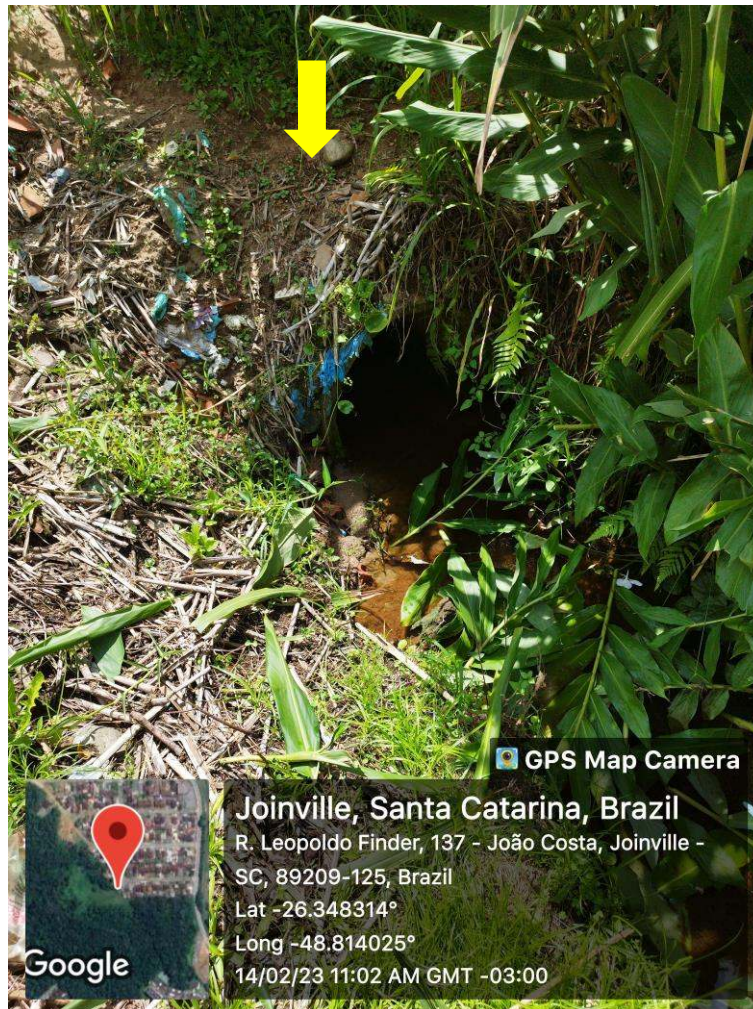


Figura 22 – Início do trecho 2 tubulado (718150.41 m E; 7083894.08 m S).



Figura 23 - Trecho 2 (Coordenadas UTM: 718161,15 m E; 7083914,72 m S).

Trecho 3: Corpo d'água (Tubulado/Galeria Fechada/Via), sob via pública.

Comprimento: 296,91 metros.



Figura 24 – Trecho 3 (718251.34 m E; 7083910.88 m S).



Figura 25 – Trecho 3, paralelo ao trilho (718343.03 m E; 7083917.97 m S).

Trecho 4: Corpo d'água (Tubulado/Galeria Fechada)

Comprimento: 11,26 metros.



Figura 26 – Contexto do entorno do trecho 4 (718354.26 m E; 7084021.08 m S).

Trecho 5: Corpo d'água (Tubulado/Galeria Fechada/Via), sob via pública.

Comprimento: 92,71 metros.

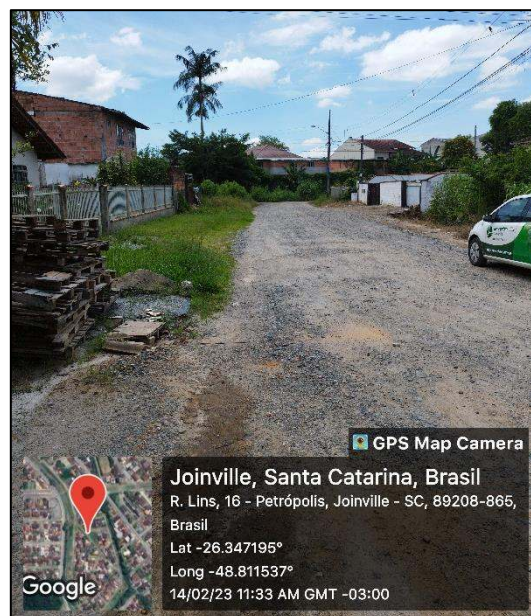


Figura 27 - Trecho 5 (718400.87 m E; 7084013.86 m S).

3. Análise e Discussão

3.1 – Matriz de impactos conforme metodologia

Trechos	Matriz de Impactos			Critérios			Pontuação		Soma dos pontos
	Cenários	Impactos	Valor	Relevância	Reversibilidade				
Quadrante A: 1A e 1B	Trecho Aberto Veg. Densa.	Densamente urbanizado – com flexibilização de ocupação hipotética	Permeabilidade do solo	Negativo	Alta	Baixa	3+3	6	Veg. Densa – Cenário Hipotético (Flexibilizar) Total Negativo: 29 Total Positivo: 20
			Cobertura vegetal mata ciliar	Negativo	Alta	Baixa	3+3	6	
			Influência sobre mancha de inundação	Negativo	Alta	Média	3+2	5	
			Influência sobre a fauna	Negativo	Alta	Baixa	3+3	6	
			Estabilidade das margens / riscos de deslizamentos / erosões (Critério x5)	Negativo	Alta	Baixa	3+3	6	
	Predominância de características naturais – real	Urbanização	Positivo	Baixa	Baixa	5x(1+3)	20	Veg. Densa – Cenário Real (Manter APP) Total Negativo: 10 Total Positivo: 20	
		Permeabilidade do solo	Positivo	Alta	Alta	3+1	4		
		Cobertura vegetal mata ciliar	Positivo	Alta	Alta	3+1	4		
		Influência sobre mancha de inundação	Positivo	Alta	Alta	3+1	4		
		Influência sobre a fauna	Positivo	Alta	Alta	3+1	4		
Quadrante A: 1C	Trecho Aberto Braquiárias/pasto.	Densamente urbanizado – com flexibilização de ocupação hipotética	Permeabilidade do solo	Negativo	Média	Baixa	2+3	5	Veg. Isolada/Sem vegetação – Cenário Real (Flexibilização) Total Negativo: 21 Total Positivo: 25
			Cobertura vegetal mata ciliar	Negativo	Média	Baixa	2+3	5	
			Influência sobre mancha de inundação	Negativo	Baixa	Média	1+2	3	
			Influência sobre a fauna	Negativo	Baixa	Baixa	1+3	4	
			Estabilidade das margens / riscos de deslizamentos / erosões	Negativo	Baixa	Baixa	1+3	4	
	Predominância de características naturais – real	Urbanização (Critério x5)	Positivo	Média	Baixa	5x (2+3)	25	Veg. Isolada/Sem vegetação – Cenário Hipotético (Manter APP) Total Negativo: 15 Total Positivo: 12	
		Permeabilidade do solo	Positivo	Média	Alta	2+1	3		
		Cobertura vegetal mata ciliar	Positivo	Média	Alta	2+1	3		
		Influência sobre mancha de inundação	Positivo	Baixa	Alta	1+1	2		
		Influência sobre a fauna	Positivo	Baixa	Alta	1+1	2		
Quadrante B: 2, 3, 4 e 5	Trecho Fechado.	Densamente urbanizado – com flexibilização de ocupação – Real	Estabilidade das margens / riscos de deslizamentos / erosões	Positivo	Baixa	Baixa	1+3	4	Trecho Fechado – Cenário Real (Flexibilização) Total Negativo: 20 Total Positivo: 30
			Urbanização (Critério x5)	Positivo	Alta	Baixa	5x (3+3)	30	
			Permeabilidade do solo	Negativo	Baixa	Baixa	1+3	4	
			Cobertura Vegetal Mata Ciliar	Negativo	Baixa	Baixa	1+3	4	
			Influência sobre mancha de inundação	Negativo	Baixa	Baixa	1+3	4	
	Ações de Renaturalização – Hipotética	Permeabilidade do solo	Positivo	Baixa	Alta	1+1	2	Trecho Fechado – Cenário Hipotético (Manter APP) Total Negativo: 20 Total Positivo: 10	
		Cobertura vegetal mata ciliar	Positivo	Baixa	Alta	1+1	2		
		Influência sobre mancha de inundação	Positivo	Baixa	Alta	1+1	2		
		Influência sobre a fauna	Positivo	Baixa	Alta	1+1	2		
		Estabilidade das margens / riscos de deslizamentos / erosões	Positivo	Baixa	Alta	1+1	2		
Urbanização (Critério x5)	Negativo	Alta	Alta	5x (3+1)	20				

Tabela 15 - Matriz de Impactos. Fonte: PMJ (2022), adaptado.

Ao observar a matriz de impactos geradas, no caso de curso d'água aberto com vegetação densa, o cenário real, ou seja, considerando manter a APP de acordo com a lei 12.651/2012, apresenta um peso maior em relação ao cenário hipotético, de flexibilização. Deste modo, recomenda-se a manutenção da preservação de APPs dos trechos de corpo d'água em vegetação densa inseridos neste cenário, no caso, serão mantidas APP para o trecho 1A e 1B por estar disposto em vegetação densa.

Considerando o cenário trecho aberto entre braquiárias/pasto, os efeitos positivos em considerar a flexibilização da ocupação superam eventuais esforços de recuperação, neste caso, recomenda-se a flexibilização das condições de ocupação para o trecho 1C do Quadrante A.

Já para os casos de trechos fechados, os efeitos positivos em considerar a flexibilização da ocupação também superam eventuais esforços de recuperação, neste caso, recomenda-se a flexibilização das condições de ocupação para os trechos 2, 3, 4 e 5 do Quadrante B.

3.2 – Análise e discussão da matriz de impactos

3.2.1 – Atestado da perda das funções ecológicas inerentes às Áreas de Preservação Permanente.

Intrinsicamente, de acordo com a Lei 12.651/2012, a função de uma Área de Preservação Permanente – APP é a de preservação dos recursos hídricos, da paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, auxiliando no fluxo gênico de fauna e flora, bem como proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Pode-se considerar que uma APP está bem conservada quando ela está integrada à grandes áreas de vegetação, com maciços florestais.

No trecho 1A, com vegetação densa conectada ao maciço florestal, e o trecho 1B, a borda, porém com a projeção da APP também sobre a área vegetada, verifica-se a função ambiental da Área de Preservação Permanente.

O trecho 1C se encontra em um cenário de vegetação forrageira onde a vegetação arbórea foi suprimida. Como pode ser observado na imagem da Figura 18, as projeções da faixa marginal estão sobre esta clareira, e apenas parcialmente, no início do trecho, sobre as bordas do maciço florestal; deste modo, definiu-se relevância média ao impacto de cobertura vegetal e baixa para influência sobre a fauna. Neste trecho, no caso de medidas de recuperação em todo o terreno seria observada a conexão com o maciço florestal, porém, em análise ao cenário atual tal conexão não é observada. Cabe citar ainda que o corpo d'água foi retificado, alterado de suas características naturais.

Em campo não foi observado fluxo de água desde o trecho 1A, sendo constatado apenas trecho retilíneo com água parada em alguns pontos. Ao longo do trecho 1C, foi possível verificar fluxo de água já próximo ao trecho 2, onde provavelmente recebe águas

servidas de residências próximas. Tal conclusão se deve ao traçado do trecho 1C, diferente do traçado proposto no levantamento municipal.

Constatou-se ainda interferências no leito, como já citado, o qual está retificado, visando provavelmente melhorar a drenagem do terreno. O trecho a jusante se encontra tubulado em área densamente urbanizada.

Considerando as interferências realizadas no trecho (retificação), a tubulação a jusante, bem como as características da vegetação, suprimida, restando apenas vegetação forrageira, definiu-se relevância média ao impacto de urbanização.

Com base no exposto, neste trecho conclui-se que houve perda da função ecológica da APP devido às intervenções realizadas nas faixas marginais do corpo d'água.

Nos trechos 2, 3, 4 e 5, como os cursos hídricos estão tubulados de modo subterrâneo, passando sob casas, vias públicas e comércios, com suas faixas marginais totalmente descaracterizadas das condições naturais, foi constatada a perda da função ecológica da APP.

3.2.2 – Demonstração da irreversibilidade da situação, por ser inviável, na prática, a recuperação da área de preservação.

Como já mencionado anteriormente no estudo, 100% da microbacia 17-5 está inserida em Área Urbana Consolidada, e os recuos provenientes de cursos hídricos representam 32.107,78m², ou seja, 19,57% da sua área total (164.043,62m²).

Observa-se que a microbacia está em área densamente urbanizada, com exceção dos trechos da cabeceira. Considerando a projeção total de APP, 12,42% da área está edificada, predominantemente nas margens de trechos tubulados.

Também é preciso mencionar que, com exceção dos trechos abertos, o restante dos corpos d'água da microbacia 17-5 estão integrados à drenagem municipal da região, bem como existem bocas-de-lobo que estão diretamente ligadas aos cursos hídricos.

Nos trechos 2, 3, 4 e 5, tubulados entre lotes e sob vias, a ocupação nas faixas marginais pode ser considerada irreversível, uma vez que são observados diversas edificações residenciais, vias públicas, equipamentos urbanos, como redes de drenagem, abastecimento de água e distribuição de energia elétrica, inviabilizando a recuperação ambiental das faixas marginais e do corpo d'água. Importante notar que qualquer intervenção nos lotes mencionados geraria ônus ao poder público, pois descaracterizaria a urbanização local, gerando custos de desapropriação desnecessários. Deste modo, torna-se inviável a recuperação destas áreas.

O trecho 1C está em área com vegetação rasteira/forrageira e, segundo depoimentos de moradores da região, a área em torno era utilizada para fins pastoris, sendo verificado que o solo se encontra compactado por conta da atividade. Deste

modo, é correto afirmar que a vegetação não se desenvolve de forma significativa e afetando também a permeabilidade do solo por conta da sua antiga utilização. Com programas de recuperação da área, com tratamento do solo e plantio de espécies nativas, seria possível sua regeneração, porém, a definição como FNE para este trecho perpassa a perda da função ecológica da APP e a irrelevância dos efeitos positivos, discutidos a seguir.

3.2.3 – Constatação da irrelevância dos efeitos positivos que poderiam ser gerados com a observância da área de proteção, em relação a novas obras.

56

Ao considerar as projeções da APP nos trechos 1A e 1B, onde há vegetação densa, caso seja considerado o cenário hipotético de conversão da APP em FNE, os efeitos negativos superariam os positivos, não sendo interessante urbanística nem ambientalmente, dessa forma, consideramos que os trechos mencionados não deverão ser flexibilizados, sendo mantidas as faixas de APP de 30 metros.

No trecho 1C a reversibilidade seria possível com programas de recuperação da qualidade do solo e da vegetação arbórea, porém, cabe citar que o corpo d'água sofreu interferências em suas características físicas, como já citado, sendo que em alguns trechos não foi possível observar fluxo de água. Deve-se considerar, ainda, o cenário antropizado a jusante. O local, devido à pressão urbana e a oferta de equipamentos públicos é propício à expansão, uma vez que espaços são necessários para comportar o crescimento da população urbana no município, tendo um menor impacto ambiental quando essa expansão ocorre em áreas já antropizadas, como a área em estudo. Deste modo, os efeitos positivos são irrelevantes em relação a novas obras.

Nos trechos 2, 3, 4 e 5 observa-se que a projeção de APP está totalmente urbanizada pela modificação do solo (pavimentação, compactação), presença de vias públicas, edificações e equipamentos urbanos. Conforme citado anteriormente, a recuperação nestas áreas é inviável; nos espaços vazios presentes ao longo da faixa marginal, a recuperação é irrelevante frente a possibilidade de novas obras, uma vez que não seria possível criar, de fato, uma faixa contínua de preservação permanente, restando apenas poucos núcleos vegetados ou árvores isoladas.

Ainda, as obras de recuperação gerariam resíduos sólidos da construção civil, e custos de realocação de pessoas que tenham suas moradias inseridas em locais de recuperação, além de eventuais processos jurídicos por parte de moradores realocados. Deste modo, conclui-se pela irrelevância dos efeitos positivos frente a novas obras.

Por fim, ao prosseguir com a flexibilização em torno de cursos hídricos, de acordo com a Lei 601/2022, será possível, aos moradores, regularizar os imóveis dentro da faixa de projeção das eventuais FNE.

4. Considerações finais.

4.1 – Conclusão quanto ao atendimento do Art. 6º da Lei complementar 601/2022.

Visto que, para os trechos 1C, 2, 3, 4 e 5 a pontuação referente à flexibilização das condições atuais supera os efeitos negativos, é seguro afirmar que, atualmente, tais trechos não possuem função ambiental, sendo aplicável FNE, deste modo, afirma-se que o presente estudo está em conformidade com o art. 6º da lei 601/2022, que incluiu trabalhos de vistoria em campo, argumentação técnica e coleta de dados fotográficos *in loco*.

4.2 – Tabela de Atributos.

Microbacia 17-5					
Trecho	Função Ambiental	Restrição ambiental	Classificação da hidrografia	Responsável Técnico	Observações
1A	Sim	APP	Corpo d'Água	Marcelo Nunes Juvêncio - ART 8678737-7	APP de nascente
1B	Sim	APP	Corpo d'Água	Marcelo Nunes Juvêncio - ART 8678737-7	APP de nascente
1C	Não	FNE	Corpo d'Água	Marcelo Nunes Juvêncio - ART 8678737-7	Necessita de correção de base (Divergência de localização)
2	Não	FNE	Corpo d'Água (Tubulado/Galeria Fechada)	Marcelo Nunes Juvêncio - ART 8678737-7	
3	Não	FNE	Corpo d'Água (Tubulado/Galeria Fechada/via)	Marcelo Nunes Juvêncio - ART 8678737-7	
4	Não	FNE	Corpo d'Água (Tubulado/Galeria Fechada)	Marcelo Nunes Juvêncio - ART 8678737-7	
5	Não	FNE	Corpo d'Água (Tubulado/Galeria Fechada/via)	Marcelo Nunes Juvêncio - ART 8678737-7	

Tabela 16 - Atributos dos trechos da microbacia 17-5.

4.3 – Apresentação do mapa com a caracterização dos trechos de corpo d'água nos quais serão mantidas a função de APP e os trechos em que será adotada a faixa marginal distinta – FNE.

A figura a seguir apresenta os cursos hídricos conforme a tabela de atributos apresentada anteriormente, bem como a distinção do recuo a ser adotado em cada trecho

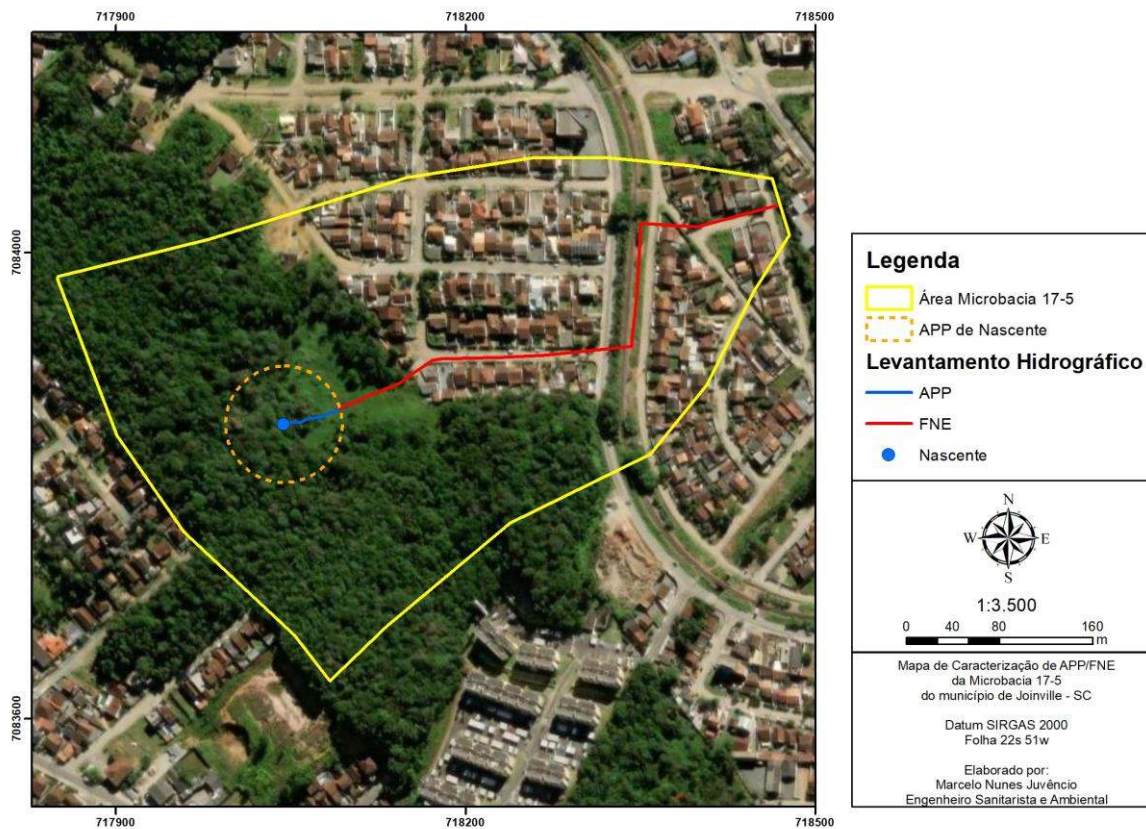


Figura 28 - Caracterização dos corpos hídricos na Microbacia 17-5.

5. Referências bibliográficas.

BRASIL. Lei Federal n. 12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em : [L12651 \(planalto.gov.br\)](http://L12651(planalto.gov.br)) Acesso em: 02 de junho de 2022.

CREMER, M. J.; SIMÕES-LOPES, P. C.; PIRES, J. S. R. Occupation patterns of a harbor inlet by the estuarine dolphin, *Sotalia guianensis* (P.J. Van Bénédén, 1864) (Cetacea, Delphinidae). *Brazilian Archives of Biology and Technology*, v. 52, p. 765-774, 2009.

COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE. Esgoto em operação: Abril/ 2022. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 02 de junho de 2022.

CHEREM, Jorge José et al. Mastofauna terrestre do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, estado de Santa Catarina, sul do Brasil. *Biotemas*, v. 24, n. 3, p. 73-84, 2011.

CHEREM, Jorge J. et al. Lista dos mamíferos do estado de Santa Catarina, sul do Brasil. *Mastozoologia neotropical*, v. 11, n. 2, p. 151-184, 2004.

DORNELLES, S. S.; COMITTI, E. J.; BALIEIRO, P. Diversidade da mastofauna terrestre do Parque Estadual Acaará, litoral norte de SC. In: 6º Congresso Brasileiro de Mastozoologia. Resumo. 2012.

CONORATH, Gabriel Daniel; FONSECA, VANESSA; MEIRA, VANESSA. MONITORAMENTO DA FAUNA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC. *Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente*, v. 2, n. 2, p. 75-75, 2021.

Decreto n. 39.182, de 25 de agosto de 2020. Dispõe sobre a atualização da base de dados do Levantamento Hidrográfico do Município de Joinville. Disponível em [Link](#) Acesso em: 02 de junho 2022.

O ECO. O que são Unidades de Conservação. Web, 2013. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>. Acesso em 10/05/2020.

ERASMO NEI TIEPO. 12. A importância das bromélias na restauração de áreas degradadas. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mapa de Geomorfologia (Cartas 1:250.000). Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/geomorfologia/mapas/escala_250_mil. Disponível em 09/05/2020.

JOINVILLE. Área Urbana Consolidada de Joinville. Volume I: Metodologia de Identificação e Delimitação. Fundação IPPUJ, 2016. Disponível em [Link](#) : Acesso em: 02 de junho de 2022.

JOINVILLE. INSTRUÇÃO NORMATIVA SAMA Nº 005/2022: Dispõe sobre metodologia e estabelece Termo de Referência para apresentação de Diagnóstico Socioambiental por Microbacia Hidrográfica no Município de Joinville, por intermédio dos processos Urbanismo - Consulta de Uso e Ocupação do Solo e Urbanismo - Revisão de Consulta de Uso e Ocupação do Solo. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, 2022. Disponível em [Link](#). Acesso em: 02 de junho de 2022.

JOINVILLE. Lei nº 601, de 12 de abril de 2022. Estabelece as diretrizes quanto à delimitação das faixas marginais de cursos d' água em Área Urbana Consolidada, nos termos dos art. 4º, I e § 10 da Lei Federal nº 12.651, de 12 de maio de 2012 e, art. 4º, III - B da Lei Federal 6.766 de 19 de dezembro de 1979, com redação dada pela Lei Federal nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021. Joinville: Câmara Municipal, 2022. Disponível em [Link](#): Acesso em: 02 de Junho de 2022.

JOINVILLE. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Município de Joinville/SC. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. 4ª versão, 2020. Disponível em [Link](#): Acesso em 02 de junho de 2022.

LORENZI, H. 2020. Elaeis in Flora do Brasil 2020. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. (<https://floradobrasil2020.jbrj.gov.br/FB22137>).

MAGALHÃES. Raquel Inocente. Morfoanatomia Da Semente Em Espécies De Tillandsia L. E Vriesea Lindl. (Bromeliaceae - Tillandsioideae). Porto Alegre, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). BRASIL. Biodiversidade. Disponível em <<https://www.mma.gov.br/biodiversidade.html>>. Acesso em 10/05/2022.

Venegas-González et al. The negative effect of lianas on tree growth varies with tree species and season. *Biotropica*, 2020.

RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 002, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011. Reconhece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil. PNUD. Disponível em: <<http://fauna.jbrj.gov.br/fauna/faunadobrasil/117316>>. Acesso em: 10 Set. 2020.

Portal da Biodiversidade - PortalBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Disponível em: <https://portaldabiodiversidade.icmbio.gov.br/portal/>. Acesso em: 10 Set. 2020.

IUCN 2020. The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2020-2. <<https://www.iucnredlist.org>> ISSN 2307-8235.

PAN – Plano de Ação Nacional. Políticas Públicas para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PAN). ICMBio.

BECKER, M.; DALPONTE, J. C. Rastros de Mamíferos Silvestres Brasileiros: um Guia de Campo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 180p. 1991.

BIRDLIFE INTERNATIONAL. 2017. *Cyanocorax coeruleus* (amended version of 2016 assessment). The IUCN Red List of Threatened Species 2017: e.T22705708A118809755. <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2017-3.RLTS.T22705708A118809755.en>. Downloaded on 03 September 2020.

BÔA, A. P. S. 2019. Relação entre a qualidade ambiental e o hábito alimentar de peixes na bacia do rio Itaúnas, ES. Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Brasil.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria no 444 de 17 de dezembro de 2014 reconhece a lista nacional oficial de fauna ameaçada de extinção. D.O.U., nº 245, p. 121-126, em 18.12.2014.

BORCHARDT-JÚNIOR, C.A., L.M. WEBER & C.E. ZIMMERMANN (2004) Primeiros registros de *Lanius elegans* (Thunberg, 1823) e *Catharus ustulatus* (Nuttall, 1840) em Santa Catarina, p. 173. In: XII Congresso Brasileiro de Ornitologia, Resumos. Blumenau: Sociedade Brasileira de Ornitologia.

BUCKUP, P.A., MENEZES, N. A. & GHAZZI, M. S. Catálogo das Espécies de Peixes de Água Doce do Brasil. Rio de Janeiro: Museu Nacional. (Série Livros 23); 195 p., 2007.

CHEREM, J. J.; GRAIPEL, M. E.; TORTATO, M.; ALTHOFF, S.; BRÜGGEMANN, F.; MATOS, J.; VOLTOLINI, J. C.; FREITAS, R.; ILLENSEER, R.; HOFFMANN, F.; GHIZONI-JR, I. R.; BEVILACQUA, A.; REINICKE, R.; SALVADOR, C. H.; FILIPPINI, A.; FURNARI, N.; ABATI, K.; MORAES, M.; MOREIRA, T.; OLIVEIRA-SANTOS, L. G. R.; KUHNEN, V.; MACCARINI, T.; GOULART, F.; MOZERLE, H.; FANTACINI, F.; DIAS, D.; PENEDO-FERREIRA, R.; VIEIRA, B. P.; SIMÕES-LOPES, P. C. Mastofauna terrestre do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. *Biotemas*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 73-84, 2011.

CONSEMA - RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 002, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011. Reconhece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Estado de Santa Catarina e dá outras providências. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SDS.

FREITAS, S. J. M. Avaliação do potencial de observação de aves na área de lazer e na restinga do Caminho do Saquinho do Parque Municipal da Lagoa do Peri, em Florianópolis/SC. Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC – Florianópolis, 2017.

FRISCH, D. J.; FRISCH D. C. Aves Brasileiras e Plantas que as Atraem. São Paulo, 2005.

GHIZONI Jr., I. R.; SILVA, E. S. Registro do saí-canário *Thlypopsis sordida* (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837) (Aves, Thraupidae) no Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. *Biotemas*, v. 19, n. 2, p. 81-82, 2006.

GHIZONI-JR., I.R. & AZEVEDO, M.G. 2010. Registros de algumas aves raras ou com distribuição pouco conhecida em Santa Catarina, sul do Brasil, e relatos de três novas espécies para o Estado. *Atualidades Ornitológicas*, 154 : 33-46.

HADDAD, C. F. B.; TOLEDO, L. F.; PRADO, C. P. A.; LOEBMANN, D.; GASPARINI, J. L. & SAZIMA, I. Guia dos anfíbios da Mata Atlântica: diversidade e biologia. São Paulo: Anolis Books, 544 p., 2013.

IUCN. 2011. IUCN Red List of threatened species. Version 2011.1. Disponível em: www.iucnredlist.org. Acessado em: 27/07/2020.

IUCN. (2012). Guidelines for Application of IUCN Red List Criteria at Regional and National Levels: Version 4.0. Gland, Switzerland and Cambridge, UK: IUCN.

JORDANO, P.; GALETTI, M.; PIZO, M. A.; SILVA, W. R. Ligando Frugivoria e Dispersão de sementes à biologia da conservação. In: Duarte, C.F., Bergallo, H.G., Dos Santos, M. A. V. A. E. *Biologia da conservação: essências*. São Paulo: Ed. Rima, 2006, p. 411 - 346.

MARQUES, O. A. V.; ETEROVIC, A.; SAZIMA, I. *Serpentes da Mata Atlântica: guia ilustrado*. Editora Holos: Ribeirão Preto, 2001. 184 p.

MENEZES, A. M.; WEITZMAN, S. H.; OYAKAWA, O. T.; LIMA, F. C. T.; CASTRO, R. M. C.; WEITZMAN, M. J. Peixes de Água Doce da Mata Atlântica: Lista Preliminar das Espécies e Comentários Sobre Conservação de Peixes de Água Doce Neotropicais. São Paulo: Museu de Zoologia – Universidade de São Paulo, 408 p., 2007.

MIRANDA, JMD., MORO-RIOS, RF., SILVA-PEREIRA, JE., & PASSOS, FC, 2009. Ordem Carnívora. In MIRANDA, JMD., MORO-RIOS, RF., SILVA-PEREIRA, JE., & PASSOS, FC. *Guia Ilustrado - Mamíferos da Serra de São Luiz do Purunã, Paraná, Brasil*. Pelotas: USEB. p. 163-198.

NARVAES P, BERTOLUCI J, RODRIGUES MT. (2009) Composição, uso de hábitat e estações reprodutivas das espécies de anuros da floresta de restinga da Estação Ecológica Juréia-Itatins, sudeste do Brasil. *Biota Neotropica* 2:117-524.

PEIXOTO, O. L. (1995) Associação de anuros e bromeliáceas na mata atlântica. *Revista Universidade Rural* 17:75–83.

PFUND J-L, 2010. Landscape-scale research for conservation and development in the tropics: fighting persisting challenges. *Current Opinion in: Environmental Sustainability*, 2:117-526.

PIACENTINI, V. Q.; STRAUBE, F. C.; CAMPBELL-THOMPSON, E. R. & ROCHA, H. J. F. 2004. Novo registro da noivinha-branca, *Xolmis velatus* (Tyrannidae), em Santa Catarina, Brasil, ao sul de sua distribuição. *Ararajuba*, 12: 59-60.

PIACENTINI, V. Q.; GHIZONI-JR., I. R.; AZEVEDO, M. A. G.; KIWAN, G. M. 2006. Sobre a distribuição de aves em Santa Catarina, Brasil, parte I: Registros relevantes para o estado ou inéditos para a Ilha de Santa Catarina. *Cotinga*, 26: 25-31.

PINHEIRO, P. C.; DALCIN, R. H.; Batista, T. T. A ictiofauna de áreas com interesse para a proteção ambiental de Joinville, Santa Catarina, Brasil. *ACTA BIOLÓGICA CATARINENSE*, v. 4, p. 73-89, 2017.

PINHEIRO, P. C. Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca – relatório do levantamento da fauna – ictiofauna. Joinville: Secretaria de Meio Ambiente; 2009. 861 p.

POUGH, F.H.; ANDREWS, R.M.; CADLE, J.E.; CRUMP, M.L.; SAVITZKY, A.H. & WELLS, K.D. 2001. *Herpetology*. Prentice-Hall, NJ: Prentice-Hall Inc, New York.

PRIMACK, R. B. & E. RODRIGUES. 2001. *Biologia da Conservação*. Londrina, E. Rodrigues, 328p.

QUINTELA, F.M. & LOEBMANN, D. 2009. *Guia Ilustrado: Os Répteis da região costeira do extremo sul do Brasil*. Pelotas: USEB, 84 p.

REINERT, B. L.; BORNSCHEIN, M. R. Alimentação da gralha azul (*Cyanocorax caeruleus*, Corvidae). *Revista Ornitologia Neotropical*, Curitiba. n. 9, pp. 213-217, 1998.

REIS, N.R., SHIBATTA, O.A., PERACCHI, A.L., PEDRO, W.A. & LIMA, I.P. 2011. Sobre os mamíferos do Brasil. In *Mamíferos do Brasil* (N.R. Reis, A.L. Peracchi, W.A. Pedro & I.P. Lima, eds.). 2. ed. N.R. Reis, Londrina, p.23-29.

RIBEIRO, R.S; EGITO, G.T.B.T.; HADDAD, C.F.B. 2005. Chave de identificação: anfíbios anuros da vertente de Jundiá da Serra do Japi, Estado de São Paulo. *Biota Neotropica*. Campinas, v. 5, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-06032005000300017&lng=en&nrm=iso>.

RUPP, A. E.; FINK, D.; SILVA, G. T.; ZERMIANI, M.; LAPS, R. R.; ZIMMERMANN, C. E. Novas espécies de aves para o Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. *Biotemas*, v. 21, n. 3, p. 163-168. 2008.

SAITO, E. N.; ROSA, A.; ASSIS, A. A.; ERBES, C.; OSWALD, C. B.; SILVA, L. Z.; DACOL, L. H. B.; GODOY, R.; ROCHA, V. C.; OLIVEIRA, S. N. 2011. Anfíbios. Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico Costeira de Zimbros. Diagnóstico Faunístico. Prefeitura de Bombinhas, SC.

SBH – SOCIEDADE BRASILEIRA DE HERPETOLOGIA. 2010. *Brazilian Amphibians – List of Species*. Disponível em: www.sbherpetologia.org.br.

SICK, H. *Ornitologia brasileira: uma introdução*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

TOCHER, M. 1998. Diferenças na composição de espécies de sapos entre três tipos de floresta e campo de pastagem na Amazônia central, p.219-232. In: e. GASCON & P. MOUTINHO (Eds). *Floresta Amazônica: Dinâmica, Regeneração e Manejo*. Manaus, Ministério da Tecnologia e Ciência, Instituto de Pesquisas da Amazônia, 373p.

TURNER, I. M.; CORLETT, R. T. The conservation value of small, isolated fragments of lowland tropical rain forest. *TREE*, v. 11, n. 8, p. 330-333, 1996.

WU J, 2006. Landscape ecology, cross-disciplinarity, and sustainability science. *Landscape Ecology*, 21:1-4. <http://dx.doi.org/10.1007/s10980-006-7195-2>.

ZIMMERMAN, B.L. & R.O. BIERREGAARD. 1986. Relevance of the equilibrium theory of island biogeography and species-area relations to conservation with a case from Amazonia. *Jour. Biogeogr.* 13: 133-143.

ZUG, G.R.; VITT, L.J. & CALDWELL, J.P. 2001. *Herpetology: an introductory biology of amphibians and reptiles*. Academic Press, San Diego.

DORNELLES, Sidnei S. et al. Diversidade de mamíferos em fragmentos florestais urbanos na Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira, Joinville, SC. Acta Biológica Catarinense, v. 4, n. 3, p. 126-135, 2017.

COMITTI, Estevão Jasper. Herpetofauna da bacia do rio Cachoeira, município de Joinville, Santa Catarina, Sul do Brasil. Acta Biológica Catarinense, v. 4, n. 3, p. 90-105, 2017.

WALLAUER, Jordan Paulo et al. Levantamento dos mamíferos da Floresta Nacional de Três Barras-Santa Catarina. Biotemas, v. 13, n. 1, p. 103-127, 2000.

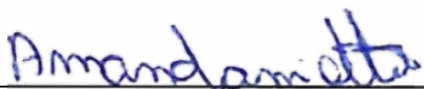
ROCHA, Carlos Frederico D.; VAN SLUYS, Monique. Herpetofauna de restingas. Herpetologia no Brasil II. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Herpetologia, p. 44-65, 2007.

DE ANDRADE, Simone. LEVANTAMENTO DA HERPETOFAUNA EM DOIS FRAGMENTOS FLORESTAIS URBANOS EM BLUMENAU, SC.

MATHEUS, Feldstein Haddad et al. Conhecimento atual da anurofauna no estado de Santa Catarina. UFSC. Monografia. 2018.

KUNZ, Tobias Saraiva et al. Novos registros de répteis para as áreas abertas naturais do planalto e do litoral sul de Santa Catarina, Brasil. Biotemas, v. 24, n. 3, p. 59-68, 2011.

DE CARLI MONTEIRO, Juliane Petry; CREMER, Marta Jussara. Herpetofauna na região da Baía Babitonga, nordeste do estado de Santa Catarina: estado atual do conhecimento. Revista CEPsul-Biodiversidade e Conservação Marinha, v. 10, p. eb2021001-eb2021001, 2021.



Amanda Carolini Braghini Miotto
Geógrafa
CREA-PR n° 191841/D



Marcelo Nunes Juvêncio
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA-SC 158401-0